

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

ATA Nº 012

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Bom-dia, senhoras e senhores. Nós vamos, nesse momento, em nome desta Augusta Assembléia Legislativa, declarar aberta essa Audiência Pública, com o objetivo de debater o Plano Pluri Anual PPA 2004/2007.

Nós abriremos os trabalhos, neste momento, convidando para compor a Mesa de honra dos trabalhos os Deputados: Zé Carlos do Pátio, Ságuas e Eliene.

Convidamos também para compor a Mesa a Srª Julia Matsuoka, Superintendente do planejamento Secretaria de Estado Trabalho Emprego e Cidadania; o Sr. Sebastião Ribeiro da Silva Filho, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, neste ato, representando o Secretário Célio Wilson de Oliveira; convidamos também, o Sr. Arnaldo Alves de Souza que é Secretário de Estado Adjunto de Planejamento.

Nós estamos aguardando a chegada do Secretário Yênes Magalhes, mas, daremos inicio aos trabalhos e se estiver aqui, presente, algum representante de alguma Secretaria de Estado, por favor, que entre em contato com o Cerimonial para que possamos citar a presença.

Pedimos a Srª Vera Lúcia Bragalia, para que venha compor a Mesa conosco. Ela é Engenheira da Secretaria do Estado de Saúde, representando a Secretaria.

Gostaríamos de citar aqui a presença do Sr. Osvaldo Ferreira da Silva, técnico da EMPAER; do Sr. Juscelino das Silva Campos; Vice-Presidente da ANPERGO; do Sr. Rafael Magalhães Coelho, Diretor Geral do Diretório Central dos Estudantes - DCE - da UNIC; do Sr. Aberlado Augusto Ribeiro, Economista da Secretaria de Estado de Saúde; da Srª Marize Bueno de Souza, Técnica da SEPLAN; do Sr. Fernando Antônio de Almeida, Técnico da SEPLAN; do Sr. Vanderlei Patrícia de Souza, Estudante de Ciências Contábeis da UFMT; do Sr. Bento Filho, Vice-Presidente do Centro Acadêmico de Direito da UNIC de Várzea Grande; da Srª Isabel Ramos Queiroz, Coordenadora e Vice-Presidente do GRUCON Municipal; da Srª Luciana Amaral, representando, neste ato, o Vereador de Cuiabá, Sr. Dito Fiscal; o Sr. Wilson Sanches, Superintendente da Secretaria de Trabalho, Emprego, neste ato, representando a Secretaria de Estado Trabalho, Emprego e Cidadania.

Gostaríamos de convidar para compor a Mesa o Sr. Roger Ramos Martile, Gerente de Programas e Projetos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, neste ato, representando a Secretária; o Sr. Antônio Junqueira, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos.

O objetivo desta Audiência Pública é de ouvirmos, por parte da Secretaria Estadual de Planejamento, um anteprojeto que os técnicos já formularam com relação ao Plano Plurianual para os anos 2004/2007. Eles têm todo um cronograma de debate, que esta sendo realizado nos Municípios.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

A Assembléia Legislativa se propôs, nesta manhã, fazer esta Audiência Pública para ouvirmos, por parte da Secretaria Estadual de Planejamento, todas essas ações pensadas e que já estão sendo levadas aos Municípios, às regiões do Estado de Mato Grosso para, inclusive, obtermos aqui, subsídios com relação a futuras proposições de emendas e de debates por parte da Assembléia Legislativa.

Então, é importante até porque nós temos pessoas da comunidade que estão acompanhando, para que elas tenham aqui as informações - mesmo porque a Baixada Cuiabana ainda vai realizar a sua Audiência Pública em relação ao PPA-, para que elas possam estar a par de futuras reuniões, debates, e trazerem, também, os seus anseios até esta Casa Legislativa.

A nossa idéia de fazermos esse debate é para que possamos antecipar. Várias regiões já estão realizando os seus debates, discutindo, já formularam as suas proposições. O Sr. Arnaldo Alves de Souza que está aqui hoje, que está coordenando, juntamente, com o Secretário Estadual de Planejamento, Yênes Magalhães, vai, com certeza, expor aqui algumas reivindicações das regiões. E é importante esse debate, porque o Plano Plurianual norteará tanto a LDO, que já está tramitando na Casa, como a LOA, para o segundo semestre.

Nós da comunidade, as entidades, a própria Assembléia Legislativa precisamos ter esses subsídios para que façamos um planejamento, de fato, articulado com a realidade mato-grossense; um planejamento que, de fato, venha a ser colocado em prática, que não seja algo que fique apenas no papel. Eu tive a oportunidade de acompanhar um, especificamente, que foi realizado em Primavera do Leste e percebi a sociedade bastante ansiosa, mesmo porque existe uma série de demandas que estão bastante reprimidas, demandas sociais, principalmente na área de Saúde, de Educação, e a parte infra-estrutural do Estado de Meio Ambiente.

Eu acredito que um planejamento tem que ter a participação da comunidade, até para que ele seja algo que a própria comunidade cobre depois. Para que ela no dia-a-dia participe efetivamente dessas ações, cobrando as suas realizações, inclusive, construindo junto esse Plano Plurianual. Por isso, a importância desta Audiência Pública. Nós estamos aqui numa manhã de terça-feira, nós teremos Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa, às 17:00 horas e teremos também uma Audiência Pública da nossa Comissão de Educação e Saúde, às 13:30 horas, para tratar da UTI's no Estado de Mato Grosso.

Aqui, na nossa Casa Legislativa, tem que ter esse espaço, esse espaço de debate, de ouvir a população, de ouvir o Governo, ela tem que ser uma caixa de ressonância, realmente. É importante que nós tenhamos essas movimentações aqui, a própria Assembléia Legislativa ontem colocou VT's nas TV's convidando a população para se fazer presente, chamando a população a estar aqui, hoje, trazendo suas reivindicações.

Nós estamos fazendo o nosso trabalho, a nossa parte, por isso é importante a participação da sociedade civil organizada.

Agora, passaremos a palavra para o Sr. Arnaldo Alves de Souza, que é Secretário adjunto da Secretaria Estadual de Planejamento. Vamos ouvi-lo e depois, se tiver alguma Secretaria Estadual aqui, presente, que queira também se colocar, neste momento, haverá um tempo para isso. Em seguida nós passaremos a palavra aos Deputados presentes, ao Prefeito que aqui representa os Prefeitos. Nós agradecemos a presença do senhor aqui hoje, neste debate, e depois nós vamos abrir a palavra, para quem queira fazer alguma pergunta. Tudo está sendo registrado, para que nós tenhamos um arquivo desta Audiência Pública.

Com a palavra, o Sr. Arnaldo Alves de Souza.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Bom-dia a todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Em nome da Deputada Verinha Araújo, cumprimento todas as autoridades presentes.

Na realidade, quando nós fomos chamados pela Deputada Verinha para participar deste evento, nós achamos que era um momento muito importante para a Secretaria de Planejamento e de todo o Estado de Mato Grosso, porque hoje, nós estamos construindo o Plano Plurianual 2004/2007, embora tenha como coordenação a Secretaria de Planejamento, ele é um plano de Governo, ele é um plano de todo Estado de Mato Grosso.

Nós até deixamos de lado uma apresentação da própria Secretaria de Planejamento, pois ele é um plano de todo Estado de Mato Grosso e cabe a nós, da Secretaria de Planejamento, fazermos a coordenação desse trabalho. Eu gostaria de dizer que não é um plano só do Governo, mas é de toda população, porque somos nós que viveremos com esse plano durante 04 anos.

Eu gostaria de pedir licença para fazer esta apresentação lá de baixo, porque fica mais fácil para mim.

(NESTE MOMENTO, O ORADOR SE RETIRA DA MESA).

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Bom, para podermos elaborar este plano, nós sentamos com os grupos de trabalho que existem na SEPLAN e fizemos um diagrama com a programação prévia de como deveria ser elaborado esse trabalho.

Dividimos em etapas e ali, naquele diagrama, que nós vamos apresentar. Ele nos dará uma visão mais completa de como está sendo esse trabalho e onde é que nós queremos chegar.

Inicialmente, o que é que foi feito? Nós pegamos todo tipo de informação que existia, tudo aquilo que tinha disponível para que nós pudéssemos pensar o que poderíamos oferecer para as pessoas que fossem elaborar o planejamento do Estado, dados, para que isso ajudasse nessa elaboração. Essa primeira fase constituiu-se praticamente de estudos, inclusive, contratamos algumas pessoas que fizessem um estudo, independente da visão do Estado, daquilo que necessariamente o Estado de Mato Grosso precisava. Nós provocamos não só aquilo que existia dentro do Estado, mas aquilo também que existia na comunidade, somente na comunidade acadêmica. E nós fizemos essa primeira fase, que foi um estudo que foi realizado, em janeiro e fevereiro.

Na seqüência, de posse desses valores nós então começamos estruturar o Plano Plurianual. O Plano Plurianual tinha que ter uma visão estratégica. Qual era a visão estratégica desse plano anual? Teria que ter uma visão da situação sócio-econômica ambiental e a visão do cenário fiscal. Esse cenário fiscal, preliminarmente, foi transferido para cá, na LDO que foi apresentada. Ele tinha uma visão do cenário fiscal daquele momento. Como este ano é um ano atípico em que o PPA é elaborado junto com a LDO, nós remetemos à Assembléia Legislativa por questões constitucionais, conforme foi abordado, a LDO. E ela remete sua validação à apresentação do PPA, que é 31 de agosto.

De posse desses dados todos, reuniu-se todo o grupo estratégico do Governador - o Governador, o Secretário, sub-Secretário, os Presidentes de entidades-, e foi elaborada a visão estratégica do Governo, os objetivos estratégicos do Governo, quais as estratégias para poder atingir esses objetivos, mas isso só não era o suficiente para podermos elaborar o Plano Plurianual. Porque, a elaboração dos Programas somente com a visão do Governo, poderia ter uma visão meio distorcida.

Então, por determinação do Governador Blairo Maggi, nós incrementamos naquilo que foi feito dele, na proposta que foi feita por sua equipe estratégica, um ingrediente fundamental, que foi a realização dos fóruns regionais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

A partir dessa data foi definida então, quando definiu as estratégias, quando deveriam ser realizados os fóruns regionais. E para somar esses programas que estão sendo elaborados, também existem as demandas setoriais e intersetoriais. Cada Secretaria tem a sua própria demanda independente da estratégia que se monta, já existem aquelas pré-definições dentro das próprias Secretarias.

E não poderíamos deixar de levar em consideração tudo aquilo que foi feito nos Programas anteriores, senão, de repente, poderíamos incorrer em risco de propor alguns programas que não deram certo e insistindo com eles sem uma avaliação prévia. Como também, poderíamos deixar de fora alguns programas que deram certo e que são de real importância para o Estado.

E qual foi à somatória disso tudo? A somatória disso tudo foi que aí nós poderíamos elaborar programas consolidados e consolidando a esse programa podemos levar isso ao Plano Plurianual aí nós teremos, nesse processo de quatro anos, uma situação mais clara, uma situação mais lógica, de uma qualidade em um plano que dificilmente será alterado. A Assembléia Legislativa terá que se movimentar depois que ele for encaminhado, que ele for aprovado. Nós sabemos que é um trabalho muito grande para os próprios Deputados; que é um trabalho muito grande para a população, quando se quer fazer uma mudança como essa.

E o que nós estamos procurando fazer? Consolidar um PPA em consonância com a comunidade, através dos fóruns regionais; com a equipe estratégica do Governo, através de designação do Governador, e, principalmente, em conjunto com tudo aquilo que dissemos que representa o Estado de Mato Grosso. Então, isso está representado no próprio trabalho interno do Governo, através das suas equipes setoriais e intersetoriais, nos fóruns regionais e, principalmente, naquilo que já foi feito para Mato Grosso que deu certo e que não deu certo. E, é essa a visão que se procurou ter dentro do PPA.

Na primeira parte desse trabalho, quando discutimos com o Governo, inicialmente, foi definido o que se pensava desse PPA. A equipe estratégica do Governo definiu como missão para esse PPA: a implementação um novo modelo/gestão do Estado de Mato Grosso, comprometido com a inclusão social, com o desenvolvimento econômico sustentável e com a superação das desigualdades sociais e regionais. Isso foi o que a equipe definiu como sendo a motivação, a busca que se teria em cima desse PPA.

A visão de futuro de como isso seria: Constituir-se um Estado social e economicamente equilibrado, estimulando as potencialidades regionais e consolidando-se como o maior pólo de desenvolvimento do agronegócio, na América Latina.

Os valores que vão sedimentar esse trabalho seriam: eficiência e a capacidade do Governo de fazer o melhor ao menor custo; a transparência, que é garantir a participação política e a fiscalização das ações do Governo para a sociedade; a honestidade, respeitar a coisa pública e o cidadão aplicando e regulando o uso dos recursos financeiros institucionais do Estado com transparência e probidade; e a ousadia, que é a capacidade de realizar, de usar novas formas de trabalho, de ações, mas, com possibilidade e respeito ao cidadão e a coisa pública.

A partir disso, o grupo estratégico do Governo, em função do que foi elaborado, dividiu o plano social em quatro partes. Na realidade, o nosso PPA, hoje, tem uma visão dividida em quatro ações principais, que são: ação social, ação econômica, ação de recursos minerais e, na parte ambiental, ação da revitalização do Estado, onde o Governo se preocupou, também, em dar uma melhor qualidade de vida e uma melhor qualidade de atendimento ao cidadão. Porque não adianta fazermos um trabalho excelente de planejamento e não termos pessoas capacitadas, disponíveis para realizarem esses trabalhos.

Na parte social, o grupo estratégico definiu por dois objetivos. E quais seriam?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania e reduzir o número de pessoas em condições de vulnerabilidade social.

Então, nesse eixo social esses dois objetivos estratégicos foram os fundamentais para o estudo. Quando nós começamos a estudar todos os objetivos estratégicos, nós verificamos que três das ações eram comuns a todos. E nós a colocamos no primeiro, porque ela é mais destacada.

Em todos os eixos, nós chegamos à seguinte conclusão: promover a integração de ações de organismos públicos, para implementação de políticas públicas; intensificar a parceria com a sociedade civil organizada, visando a redução das desigualdades regionais e sociais; e aprimorar mecanismos de participação popular, buscando compartilhar decisões e proporcionar maior transparência às ações governamentais.

Essas três estratégias estavam em todos os quatro eixos. E, nós as destacamos separadamente por causa disso. Foi aí que nós começamos a estudar as estratégias que foram propostas para cada uma das ações.

No caso do eixo social, nós tivemos: Melhorar a qualidade da educação básica; oportunizar e facilitar o acesso de linhas de crédito para micro e pequenos empreendimentos, incentivando a ampliação do mercado; intensificar ações para garantir os direitos sociais básicos; desenvolver ações de atenção integral ao cidadão; ampliar a participação do micro e pequeno empreendimento nas cadeias produtivas; incentivar a produção - ali, nós tínhamos colocado incentivar a produção familiar, mas no primeiro fórum, o pessoal entendeu que seria outro tipo de colocação e colocamos a palavra agrícola no meio; garantir uma política de qualidade e assistência técnica e extensão rural para pequenos e micros produtores; articular e fomentar política de saneamento básico; estimular desenvolvimento regional, considerando as aptidões de cada região com vistas à redução da desigualdade econômica social; apoiar o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para oportunizar o acesso aos setores produtivos.

Essas foram as dez estratégias que a equipe estratégia do Governo achou que seriam importantes para atingir aqueles dois objetivos iniciais.

No objetivo estratégico da área econômica: promover o desenvolvimento sustentável da economia mato-grossense, fortalecendo a competitividade, a diversificação e a participação dos mercados nacional e internacional com base nas potencialidades regionais, ampliando a participação do micro, pequeno e médio empreendimento.

Para atingir isso, além daquelas três estratégias iniciais: o investir na formação profissional continuada, permitindo ao trabalhador sua constante requalificação, em sintonia com as demandas regionais do mercado de trabalho; fortalecer a produção e a disseminação do conhecimento, priorizando o desenvolvimento regional; fortalecer, institucionalmente, a ciência e a tecnologia de forma participativa e organizada; oportunizar e facilitar o acesso a linhas de crédito para micro e pequenos empreendimentos, incentivando a ampliação do mercado; garantir uma política de qualidade de assistência técnica e extensão rural para pequenos e micro-produtores; estimular a agregação de valores aos produtos mato-grossenses, verticalização da produção, neste caso, visando o fortalecimento das cadeias produtivas; fomentar o incremento e a diversificação da produção; fortalecer as relações de comércio nacional e internacional; apoiar a integração socioeconômica e cultural de Mato Grosso; estimular o desenvolvimento regional, considerando as aptidões de cada região com vista à redução das desigualdades econômicas e sociais; dotar o Estado de infra-estrutura de energia elétrica e transporte, visando atender as crescentes demandas do setor produtivo; desenvolver e usar os pólos que consolidem a produção e transformação da matéria-prima, fortalecendo o mercado e a integração regional.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

No caso ambiental, o objetivo estratégico no qual a equipe se fixou foi: garantir o uso ordenado dos recursos naturais, com vista ao desenvolvimento socioeconômico com qualidade ambiental.

E as estratégias, além das três anteriores são: adoção do zoneamento, quando validado e aprovado, como instrumento orientador e desenvolvimento econômico sustentável do Estado; promover o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade; desenvolver a educação ambiental; articular ações para recuperar áreas em processo de degradação; desenvolver ações que previnam impactos ambientais decorrentes dos processos de desenvolvimento regional; criar incentivos fiscais voltados a manejo sustentável do meio ambiente.

No caso da revitalização do Estado, que seria uma ação interna para melhorar a qualidade dos serviços de atendimento ao cidadão, foram elaborados dois objetivos estratégicos: primeiro, melhorar o desempenho da gestão pública estadual; segundo, dar sustentabilidade à gestão das políticas públicas garantindo o equilíbrio fiscal e a capacidade de financiamento do Estado, visando o atendimento das necessidades da sociedade; implementar o sistema integrado de informação estadual; otimizar a receita pública; otimizar e dar transparência ao gasto público; reestruturar os incentivos fiscais; redefinir o papel do Estado no contexto federativo, Município, Estado e União; dotar o Estado de um sistema de securitização de dívidas e créditos; incentivar a profissionalização do servidor público do Estado; garantir a qualidade do ciclo de gestões políticas públicas, assegurando articulações das ações governamentais atendendo a demanda da sociedade; modernizar a estrutura organizacional do aparelho do Estado; implementar uma pauta de indicadores capazes de mensurar o desempenho do aparelho do Estado, nas dimensões da eficiência e da eficácia; dotar o Estado de uma ação preventiva quanto a legalidade dos gastos públicos; validação do ingresso da receita; confiabilidade das informações contábeis; e a proteção do patrimônio público.

Em cima disso daqui, que seria o que nós chamamos do trabalho que foi feito pela equipe estratégia do Governo - o Governador, todos os Secretários, Sub-Secretários, os Presidentes de Entidades, os Técnicos de maior responsabilidade na parte de unidade de planejamento-. Isto aqui, foi aquilo que o Governo pensava, elaborava para o seu plano de trabalho, até aqui tudo igual, até aqui nada foi feito de diferente. Talvez uma participação maior, uma menor. Não podemos avaliar isso em função de não termos indicadores, até para avaliar, dos próprios Secretários, dos próprios representantes. Mas até aqui, o que foi feito foi um estudo com toda a equipe do Governo sabendo onde é que o Governo quer chegar.

Disso aqui, muita coisa foi baseada em cima das propostas de campanha do Governador Blairo Maggi, da qual ele foi eleito. Nós tentamos não perder o foco do que ele propôs, porque ele foi eleito em cima disso. Mas, também, não podemos deixar e ficar somente com os dados que o Governador tinha proposto naquela época.

Por isso ocorreu a mobilização de toda a equipe estratégica do Estado, para elaborar essa proposta. Poderíamos transformar isso em um plano de Governo, está pronto e, é assim que ele é realmente feito. Normalmente todos os planos de Governo, até agora, foram feitos dessa forma. Então, esse PPA iria para a Secretaria de Planejamento, que de posse desses trabalhos, elaborava o PPA, e encaminhava à Assembléia Legislativa. Mas o Governador achou que isso não estava certo, porque isso refletia uma visão do grupo que estava trabalhando somente, e não tinha uma visão da sociedade.

E o que ele falou? Está na hora de buscar a opinião de toda população que possa se fazer representar. Mas, ao mesmo tempo, nós chegamos a conclusão que era impossível,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

chegarmos e convocarmos toda a população para poder discutir isso que nós estamos apresentando aqui, agora.

Mas como é que teria que ser feito? Vamos apresentar para as entidades de classe representativas. O senhor pegar, por exemplo, Cuiabá, hoje, para discutir com a sua população, quantos Maracanãs seriam precisos encher para podermos discutir? São 139 Municípios, seria impossível reunir-se todo mundo para poder discutir isso. Então, se optou para discutir com as representatividades de classe, que nós vamos apresentar quem são ali, na frente. E também optou - em 139 municípios num plano que tem ser feito em cinco meses, praticamente, é muito difícil, seria impossível ouvirmos todo mundo-, então, optou por regionalizar, e optamos por doze regiões.

E nessas doze regiões verificamos também, que em algumas seria impossível fazer num lugar só, numa região só, para atender toda uma comunidade e, então, três delas foram divididas em sub-regiões. Daí veio a idéia de ouvir o fórum regional antes, e, não posteriori, e assim foi feito. Após o término aqui... Nós sabemos que a Assembléia Legislativa escuta a população e apresenta isso à população. Mas eu precisava colocar isso antes, porque depois nós temos setembro e outubro para aprovar e para fazer a LOA e é, praticamente, impossível o tempo para se mexer na estrutura disso tudo.

E o que foi feito? Foi estudada a realização dos fóruns regionais. Por que foi estudado? O que acontece nesses fóruns regionais? Qual a importância que foi dada para eles?

Em primeiro lugar, a realização do fórum regional atende aos princípios constitucionais e legais da participação da sociedade; valoriza o princípio da descentralização da política administrativa e incentiva à integração regional; consolida um sistema estadual de planejamento participativo e descentralizado; estimula a organização da sociedade como parceira do processo de desenvolvimento estadual; contribui para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento regional, visando reduzir as desigualdades sociais. Aqui eu só queria ressaltar que nesta parte da integração, nós, como técnicos, não tínhamos tido a oportunidade, fomos surpreendidos pela participação nos sete fóruns que realizamos até agora. Não surpreendidos pela participação das pessoas que estavam lá, mas, sim, na contribuição ou daquilo que estava dentro de cada um, que poderia contribuir.

Depois eu vou apresentar para os senhores um espaço, onde podem olhar toda essa contribuição que foi dada nesses sete fóruns regionais. Nós destacamos o papel do Estado no contexto regional e qual o papel do Estado? É a integração das três esferas de Governo: federal, estadual e municipal, segundo a visão estratégica regional. E uma definição de uma política de desenvolvimento regional, visando à revisão da desigualdade. Porque toda vez que nos reunimos com alguém, sempre há um questionamento de uma região ou de outra contra as prioridades e ações do Governo.

Então, a idéia é que pelo menos nesse PPA nós consigamos contemplar, da melhor maneira possível, uma igualdade na distribuição das ações regionalizadas.

Qual é o nosso Objetivo? O objetivo dos fóruns regionais do PPA é promover um amplo debate com a sociedade mato-grossense, de forma regionalizada, aproximando o Governo das organizações, da sociedade civil e das instituições públicas com vista a compartilhar as definições estratégicas do Governo e suas opções prioritárias para os próximos quatro anos.

Os objetivos específicos: apresentar o que é o PPA, que é o que nós estamos fazendo agora. Aquela primeira parte do PPA, onde tem o seu fundamento teórico, jurídico. Quando nós apresentamos na sociedade, nós dissemos para eles porque que o Plano Plurianual tem que existir, onde é que está o seu fundamento teórico, onde é que está a parte jurídica, o que é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

constitucional. O PPA não é um plano que qualquer um chega e quer fazer. Isso é jurídico, isso é constitucional.

Os objetivos, metodologia de elaboração, demonstrando sua importância no planejamento a longo prazo; validar a formulação estratégica do Governo no contexto regional; identificar os projetos e prioridades regionais que servirão de subsídio para elaboração das políticas públicas serem incluídas no PPA 2004/2007; permitir maior participação da sociedade na elaboração do PPA, tornando-o mais democrático e dando maior legitimidade às ações do Governo.

Aí vem aquilo que eu falei. Quem vai participar? Toda população. Toda população teria que participar, mas é humanamente impossível de se fazer isso com toda população.

Portanto, nós optamos por chamar, efetivamente, aquilo que representa a população, que é o Poder Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público, Partidos Políticos, Organizações Não Governamentais, Federações, Sindicatos, Associações, Cooperativas, Conselhos, Igrejas, Clubes de Serviços, outras Entidades que se faziam representar, Universidades Públicas e Privadas. Quer dizer, nós abrimos um leque e enviamos convites para todos que representavam cada região e que representam cada comunidade, cada segmento dentro do nosso Estado.

E como nós fomos esse projeto de trabalho? Se nós chegássemos lá e perguntássemos assim, o que é importante para essa região? Nós iríamos precisar não de dois dias, mas de uma semana, porque tem muita coisa. Então, como nós fizemos? Inicialmente, nós apresentamos esse quadro que foi apresentado para os senhores “Objetivos Estratégicos e as Estratégias apresentadas pelo Governo”. Depois nós fazíamos duas perguntas: 1) As estratégias apresentadas na proposta do Governo Estadual são suficientes para contribuir na solução dos macro-problemas identificados no contexto estadual e regional? Se, de acordo, nós sentávamos, fazíamos a apresentação, dividíamos em três grupos de trabalho, que seria: o social, o ambiental e o econômico.

Sobre a revitalização do Estado nós não discutimos, porque, efetivamente, é um problema mais interno, então, nós dividimos em três grupos. Dependendo do número de pessoas em cada grupo, esses grupos são divididos em subgrupos.

Nós discutimos com eles, cada uma dessas estratégias que o Governo propôs, individualmente. Depois, fez-se a seguinte pergunta: quais seriam os projetos estratégicos de caráter regional a serem incluídos no PPA 2004/2007, que estejam relacionados com o macro-problema e com as estratégias sugeridas? Em cima de cada estratégia que foi apresentada, foi visto se aqueles problemas, ou os projetos que eles apresentaram estavam enquadrados na estratégia e aquilo que não estava, foi elaborado e proposto novas estratégias para cada região.

Aqui nós apresentamos os fóruns que já foram realizados. Foi realizado: em Diamantino, Primavera, Rondonópolis, Sorriso, Sinop, Matupá e Paranaíta. Hoje, nós estamos terminando em Juara, seguindo para Juína, na quinta-feira e sexta-feira; depois nós descemos para Sapezal, São José dos Quatro Marcos. Então, viramos e vamos para o outro lado, Pontal do Araguaia, Água Boa, Confresa e voltamos para Tangará da Serra encerrando em Cuiabá.

Aqui nós estamos trabalhando com 139 Municípios. Há alguns Municípios que já foram pré-criados, há 03, se eu não me engano, e eles também participaram. Logicamente, que nós não os relacionamos, porque a legalidade não nos permite considera-los como Municípios, mas também participaram.

Em cima disso, nós fizemos em cada um dos fóruns levantamento individual por área, por tema, ou seja, social, econômico e ambiental. E ali várias propostas, várias contribuições, foram dadas por cada fórum desse, para a sociedade. Nós relacionamos individualmente por página da SEPLAN. Na seplan.gov.br tem um quadro chamado fóruns regionais 2004/2007, e nesses fóruns regionais tem cada um desses Municípios pólos: Diamantino, Rondonópolis, Primavera.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Clicando ali, você tem todas as propostas, todas as sugestões que foram feitas pelas comunidades. Com certeza, seria impossível abrimos do jeito que nós abrimos o Governo aqui, para comentar cada uma das propostas. Mas, aquelas pessoas que tiverem possibilidade de ligar, ou depois quiserem conhecer mais especificamente quais foram essas propostas, na SEPLAN nós temos isso disponível. Se tiverem oportunidade de ter um computador nós temos isso disponível e podemos passar para todas as pessoas. Estaremos fazendo isso ao final do fórum de Cuiabá, tornando isso público, também, em forma de papel.

Gostaríamos também de dizer que, neste momento, a preocupação que todo mundo tem é a seguinte: O que está se fazendo? O que se faz com isso? São duas coisas que estão sendo trabalhadas, neste momento. Primeira é a realização dos Fóruns Regionais e a outra é aquilo que chamamos de mais importante nesse PPA, que é o que o diferencia das outras ações que nós fizemos até agora.

Durante esse trabalho - que nós temos uma equipe da SEPLAN e do Governo do Estado trabalhando nos Fóruns Regionais-, a SEPLAN não está lá sozinha. A SEPLAN está lá e a mobilização é feita em parceria com a AMM, Casa Civil.

Nós temos todas as Secretarias representadas nesses Fóruns. Toda Secretaria manda, porque quando a população demanda algum assunto, os representantes da Secretaria já ajudam a tentar resolver, há coisa que é para este ano e que os próprios técnicos já estão tentando resolver ainda para este ano... Então, quer dizer, de uma forma ou de outra isso é um trabalho realizado conjunto por todos.

Agora, é que vem a diferença em termos da elaboração do PPA. O que se pensou o PPA? O PPA, a partir daí, também, poderia voltar a ser feito. Isso vai para cada Secretaria e cada Secretaria elaborará o seu PPA e vamos trabalhar. Aí nós poderíamos ter um excelente PPA elaborado pela Secretaria de Segurança, nós poderíamos ter um excelente PPA elaborado pela Secretaria de Educação, mas, vamos supor que nós, efetivamente, não tivéssemos condição de elaborar um excelente PPA na Saúde. Então, estava sujeito todo mundo estar com o problema da segurança resolvido, com o problema da educação resolvido e não estávamos com um enorme problema na saúde. Nós não podíamos trabalhar, separadamente, cada Secretaria como vinha sendo trabalhado.

Então, o Governo instituiu aquilo que está escrito em verde, lá na primeira página, que são os Programas. Nós vamos trabalhar sob forma de Programa. O que vem a ser isso? Uma comparação simples disso que eu estou falando seria o seguinte: uma empresa montadora que fornece carro sabe que, no final do período, precisa entregar trezentos carros para vender. Precisa vender trezentos carros. É fácil. Ele irá em cada uma das suas autopeças e diz: eu quero trezentos pára-choques dianteiro, trezentos traseiros, quem fornece retrovisor sabe que são para trezentos, quem vende pneu para ele sabe que são para trezentos. E ele já entrega o produto. É fácil porque está dirigido a uma situação e tem como avaliar. Se o “cara” entregou duzentos e noventa pára-choques, ele não entregou os trezentos. Ele não terá os trezentos carros.

Agora, para o Governo é difícil de avaliar. É difícil, porque você não tem o comprometimento das Secretarias, do todo do Governo com alguma ação, porque o Governo já vendeu o produto, ele não entregou, e ele tem que entregar. Qual é o produto? Ele vendeu a qualidade de vida, ele vendeu a segurança, ele vendeu uma integração social, ele está propondo que tenha uma divisão regionalizada. O produto já está aí para ser vendido. O que nós precisamos fazer é que cada um dos componentes que compõem este Estado, ou seja, todas as Secretarias trabalhem em conjunto, para que a somatória dos seus trabalhos corresponda a esse produto do Governo, para poder entregar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Quando ele fala em integração social, todas as Secretarias têm que trabalhar para que possamos ter integração social. Hoje, as equipes de Governo estão trabalhando na elaboração desses Programas. Nós temos um Programa social; nós temos um programa na área ambiental; nós temos um programa na área econômica e temos um programa na área de revitalização do Estado. Em cima desses programas, as Secretarias vão elaborar seus PPAs, seus planejamentos estratégicos, de tal forma que suas ações estão, hoje, todas convergidas para quê? Para o programa social, para o programa ambiental. Todas elas serão somatizadas, onde veremos o reflexo efetivo do trabalho realizado em cima do programa que o Governo apresentará no final dos quatro anos. Porque esse programa tem uma proposta; esse programa tem que ser atingido e a sociedade, como um todo, poderá avaliar se esses quatro anos de trabalho, que foram propostos, que foram discutidos com a sociedade, conseguiram atingir o objetivo final. Essa é a proposta do Governo em realizar esse trabalho.

Eu fui questionado quando cheguei. A pergunta que me fizeram foi a seguinte: “Esse PPA já contempla quantos por cento para redução de ICMS?” Eu disse: nós estamos estudando o PPA, nós estamos na elaboração do PPA. Eu poderei dizer alguma coisa referente a isso quando o concluirmos, em 31 de agosto, porque aí já saberei qual a necessidade do Estado. Porque a intenção do Governo é reduzir, ele tem um compromisso de campanha do Governo que é esse mesmo e ele vai trabalhar em função do que o Estado precisa, mas, eu não posso dizer, hoje, quanto, como, que dia será, sem ter, pelo menos, o plano elaborado.

A estratégia do plano é essa. Todas as etapas estão sendo cumpridas à risca; todas as etapas estão sendo cumpridas e discutidas individualmente. Esse é o tratamento que estamos dando para esse PPA com o qual o Governador está muito preocupado, porque ele quer que se transmita, efetivamente, aquilo que se poderá fazer que não seja uma coisa, como muitos falam, mais um documento de cabeceira, mais um plano ilusório, um monte de coisa. Ele quer que o PPA traduza a realidade, que seja transparente.

E o mais importante de tudo isso que falamos: Nós vamos voltar na comunidade. Teremos que ter a cara para mostrar o que foi proposto para cada região, se foi atendido ou não; e, se não foi por quê? Qual a priorização? Se não vamos fazer no primeiro ano. Se vamos fazer só no segundo ou no terceiro. Isso é a contrapartida da transparência. Porque, quando eu vou ao cidadão e pergunto o que ele quer e não dou uma resposta a ele sobre o que aconteceu quanto a isso, eu não estou sendo transparente.

E é dessa forma que está sendo feito o trabalho do PPA, pela equipe de Governo. Todas as equipes estão integradas, todas as equipes estão trabalhando em conjunto. As Secretarias estão reunidas diuturnamente, pela manhã, pela tarde, cada hora é uma Secretaria que está reunida. Não há, às vezes, nem espaço na SEPLAN, nós temos lá só uma sala. Nós usamos, hoje, a SETEC; usamos a FEMA, lá na parte do auditório; a Secretaria de Indústria e Comércio; quer dizer, nós estamos trabalhando direto porque o prazo é curto, mas também envolvendo as Secretarias.

Quando nós tiramos a elaboração desse trabalho de dentro da SEPLAN, isso nos mostrar cada vez mais que ele é um trabalho de Governo. E nós fizemos questão de colocar só no final, porque eu preciso colocar onde é que estão esses documentos. Só no final, aparece o nome da SEPLAN, porque é onde estão concentrados todos esses documentos.

Mas, em momento algum, nós demos destaque para qualquer Secretaria do Governo, porque esse não é um Plano - mais uma vez eu vou dizer - da SEPLAN. É um Plano do Governo do Estado de Mato Grosso.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Gostaríamos de pedir aos convidados que retornem aos seus lugares, aqui, à Mesa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Gostaria de convidar para compor a Mesa o Deputado Carlão Nascimento, que é Presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembléia Legislativa; a Sr^a Ana Conceição Calhão, que aqui representa a Secretária Estadual de Saúde, ela é Superintendente; o Suplente de Deputado do PSB, Sr. Wilson Teixeira Dentinho, que está aguardando para vir para Assembléia Legislativa no lugar do Deputado Eliene, já foi anunciado aqui na Casa.

Gostaria, antes de anunciar as pessoas que estão aqui presentes, de dizer que os que aqui acompanham podem fazer as suas devidas inscrições com nosso Cerimonial. Os senhores terão três minutos para fazer o questionamento, e terão também direito à resposta dos seus questionamentos, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Gostaríamos de anunciar as presenças: do Sr. Aldeci Barbaconi, Presidente da Associação Agrario - P.A, Mercedes I e II, Tabaporã; do Sr.Dario Antônio Carniel, Secretario Municipal de Fazenda de São José dos Quatro Marcos, que aqui acompanha o Prefeito; do Sr. Carlos Martins Berckert Drewlo, membro da Associação Agrario P.A Mercedes I e II do Município de Tabaporã; do Sr. Dinair M. F. Carvalho, Técnico da SEPLAN; do Sr. Noel Lopes Pereira, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Colniza; do Sr. Jairo Rocha que, neste ato, representa a Senadora Serys Slhessarenko; do Sr. Bolanger José de Almeida, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Cuiabá, que agradecemos a sua presença, que inclusive, fez agora, recentemente, um seminário sobre orçamento participativo, com os técnicos da Prefeitura Municipal de Cuiabá, parabéns Secretário; do Sr. José Carlos Pena da Silva, Presidente do Instituto Mato-grossense de Pesquisa e Desenvolvimento dos Bairros; do Sr. Nelson Borges, membro da ABONG, e assessor do Deputado Federal Carlos Abicalil.

Se tiver alguém presente que não anunciamos, por favor, identifique-se para o nosso cerimonial.

Neste momento, abriremos a palavra aos gestores que estão aqui, representando alguma Secretaria que tenham alguma informação, e que queiram utilizar-se da palavra para fazer a exposição... (PAUSA).

Os gestores já estão contemplados com a exposição do Sr. Arnaldo Alves de Souza.

Então, abriremos a palavra para os senhores Deputados. Com a palavra o Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Deputada Verinha Araújo, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Ságua, Deputado Zé Carlos do Pátio; Suplente de Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Sr. Arnaldo Alves de Souza e equipe da Secretaria de Planejamento aqui presente. Cumprimento todos os participantes aqui presentes.

Nos três minutos que me cabem, primeiro gostaria de dizer que é extremamente importante nós termos esta oportunidade de discussão e captação de informações, tanto para nós legisladores, como também para a sociedade, para que traga seu ponto de vista, sua experiência.

Há algum tempo o Sr. Arnaldo Alves de Souza esteve aqui, numa discussão, com os Deputados a respeito do zoneamento agroecológico e todas essas informações, realmente, nos dão subsídios para que possamos ter muito mais argumentos, muito mais informações, para quando andarmos pelas diversas regiões do Estado.

Eu vejo como é de grande importância buscarmos, cada vez mais, a transparência e a descentralização dos atos públicos.

Eu sugeriria à equipe do Sr. Arnaldo Alves de Souza, que nesses fóruns regionais já tivéssemos uma previsão de receita do Estado, até para que cada região, cada pedaço do Estado,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

passasse a pensar e reivindicar e já tivesse aquele anseio das realizações na sua região em função das possibilidades do Estado.

Isso daria muito mais força para que as entidades, os legislativos Municipais, tivessem como um norte, para discutirem a questão da previsão da receita já do próximo ano, e a previsão de crescimento anualmente. Eu acho que isso já daria até uma liberdade maior na busca das reivindicações.

Uma outra sugestão que eu daria, é que o senhor disse com relação aos impostos, os discursos do Governo durante a campanha. Eu acredito que essa redução estará sempre confundindo com a reforma tributária, eu imagino. Enquanto não decidir... Se a reforma tributária for definida até agosto, até o final do ano - até não acredito muito que ela saia esse ano-, acredito que saia a reforma previdenciária e não saia a tributária, mas, toda a redução de imposto, eu acho que o Governo estará jogando para a reforma tributária.

E, se não resolver a reforma tributária, acaba não tendo aqui uma definição do Governo, de cada Estado, e nem do nosso Estado, nem de outros Estados.

E por último sugiro também, Sr. Arnaldo Alves de Souza, que a equipe organize uma Vídeo Conferência para ser divulgada para todo o Estado, a um mês, a vinte dias do resumo dos trabalhos, para que outras pessoas, outros segmentos, estejam antenados na questão do PPA. Para que possam vir a interferir e contribuir para que ele tenha um resultado mais bem acabado, mas bem elaborado.

Então, era nesse sentido que eu quero participar.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero colocar em cima da estratégia de melhoria na qualidade da educação básica. Eu quero fazer uma sugestão aqui.

Hoje, no orçamento da educação estão incluídos: os inativos e os pensionistas, e isso não é correto. Dinheiro da educação tem que ser efetivamente para a educação. Eu quero, nessa proposta, melhorar a qualidade da educação básica e tirar os inativos, os pensionistas do orçamento da educação. Acho que isso é uma questão que tem ser reanalisada pela Secretaria de Planejamento. Nós não podemos cometer mais erros como esse. Segundo: oportunizar e facilitar acesso às linhas de créditos para micro e pequenos empreendimentos incentivando a ampliação de mercado.

Senhores, o PROGER, hoje, tem um juro de nove por cento ao ano. Nós não podemos conceber que o senhor comece a fazer o discurso do micro e do pequeno, com o juro alto que nós temos para qualquer linha de financiamento. Nós não criamos incentivos para criar o Banco do Povo no Estado de Mato Grosso. Eu acho que nós temos que criar incentivo nesse sentido. Eu vou mais ainda, na questão do incentivo a produção agrícola familiar que está lá no item VI.

Eu fui, nesta semana, conversar com o Sr. Secretário do Desenvolvimento Regional, Alexandre César, porque ...

Eu estava falando agora na televisão, que me entrevistou, que nós estamos a serviço da elite. O poder público neste País até hoje, esteve a serviço da elite.

Eu dou um exemplo: O FCO, Fundo Constitucional Centro-Oeste, sabe qual era o teto do FCO até o ano passado? Vinte milhões para cada um. Agora que, no Governo atual, caiu para seis milhões. E há uma necessidade de cair para quatro milhões e oitocentos, o teto do FCO.

Alguns dias atrás, em Rondonópolis, houve uma exposição: a *Agrishow Cerrado*, e os empresários foram lá e compraram seiscentos milhões, setecentos milhões em equipamentos. Era na grande maioria, dinheiro do FCO. E o pequeno? Eu estive no Banco do Brasil e a lei diz o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

seguinte: no mínimo 10% do pequeno. Os senhores sabem o que eles olham? Não. Nós já temos 10% do pequeno. Portanto, na verdade, o dinheiro público, hoje, está a serviço da elite. Ou nós reduzimos esse teto do FCO e criamos políticas públicas para que, efetivamente, atendamos o menor, ou nós ficaremos só no discurso, só na retórica.

Eu queria colocar esses itens. Um que eu gostaria de falar é o da educação básica. Esse eu não estou querendo colocar ao Governo Blairo Maggi, muito pelo contrário, eu quero elogiar a Secretaria de Planejamento pela atuação e nós temos que começar a corrigir essas distorções. Eu acho que esse é o nosso papel e eu acho que o Governo Blairo Maggi está correto em descentralizar, está correto em ouvir a sociedade.

Melhorar a qualidade da educação básica. Eu não concordo com um professor... Aliás, a minha esposa é professora da rede básica e, neste momento, ela está dando aula para uma escola estadual. E eu concordo quando ela chega, conversa comigo e cobra de mim. Eu não posso concordar que um professor geógrafo ganhe 700,00 reais, 800,00 reais por mês no Estado e um geógrafo da área instrumental do Governo - que é da Secretaria de Planejamento, que é da Secretaria de Fazenda, um matemático da Secretaria de Fazenda-, tem no início do subsídio 1.500,00 reais. Será que o professor ganha oitocentos reais, porque está pagando o preço por ser professor?

Eu quero propor que, realmente, melhorar a qualidade da educação básica é melhorar o salário do professor. E também quero dizer que o Policial Militar não pode ganhar menos do que um Policial Civil. O Policial Militar, hoje, ganha 800,00 reais e o Policial Civil ganha 1.500,00 reais.

Eu quero só fazer uma observação. Está de parabéns a Secretaria de Planejamento, mas eu quero que coloque no PPA uma observação.

Nós temos, hoje, cidades em Mato Grosso a menos de 60 quilômetros uma da outra e tem UNEMAT em uma cidade e UNEMAT em outra cidade sem planejamento nenhum. E, na verdade, tem regiões que não tem sequer uma Universidade Estadual de Mato Grosso - e eu quero aqui fazer uma observação -, região que ajuda muito nos impostos do Estado, região que vem, inclusive, incrementando o desenvolvimento deste Estado, região que na área da tecnologia, desenvolve os estudos de maior tecnologia em sementes do Estado, região que tem a Fundação Mato Grosso, que é um exemplo na questão de laboratório e técnica de produção e tecnologia; região como essa não é vista pelo Estado como prioridade para levar a UNEMAT. É interessante isso aí.

Eu fiz a lei, a lei está aprovada, coloquei no Orçamento este ano e estou tendo dificuldade de levar a UNEMAT. E vou dar um exemplo, o Município de Rondonópolis - região Sul. Outro exemplo, a questão do Araguaia. O Araguaia está sendo o nosso grande celeiro. E em Mato Grosso, hoje, tem regiões a menos de 100 quilômetros, não é só num lugar não, que têm duas UNEMATs, três UNEMATs, quer dizer, não houve um critério da universidade.

Eu acho que o PPA tem que começar a criar esse critério e dar prioridade para região sul desenvolvê-lo. Todas as regiões do Estado pagam impostos e merecem isso daí.

Eu quero parabenizar e colocar esta proposta para a Secretaria de Planejamento e parabenizar essa descentralização. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o nobre Deputado Ságuas.

O SR. SÁGUAS - Quero cumprimentar a Deputada Verinha Araújo, parabeniza-la pela convocação desta Audiência Pública; também cumprimentar todos os integrantes da Mesa, na pessoa do Deputado Zé Carlos do Pátio, do Deputado Carlão Nascimento e do Suplente de Deputado Wilson Teixeira Dentinho; e cumprimento todo público presente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Quero parabenizar o Governo do Estado, a Secretaria de Planejamento, por ter descentralizado essa discussão do PPA.

Nós, em Juína, enquanto Prefeito por 06 anos, praticamente, nós fizemos a discussão do orçamento participativo. Nós pudemos perceber que quando se discute com a sociedade o Orçamento do Município, quando se discute com a população as prioridades, com certeza, as prioridades da população são diferentes das prioridades do gestor.

O gestor tem uma visão de Estado, tem uma visão da cidade, tem uma visão do bairro. Só que quem mora no bairro e quem mora na cidade, tem uma visão diferente daquelas pessoas que não moram lá. Nesta hora que se discute o PPA, o Governo do Estado tem uma idéia do Estado, uma idéia da cidade, das regiões, das microrregiões, porém, somente a população local é que tem um conhecimento mais profundo, que tem uma clareza melhor de como as coisas devem acontecer lá.

É por isso que está de parabéns a Secretaria de Planejamento e o Governo do Estado em descentralizar essa discussão do PPA, porque essa angustia que o Deputado Zé Carlos do Pátio coloca aí, com certeza, ela será diminuída a partir do momento que essas discussões vão sendo travadas nas regiões e micro regiões deste Estado.

Ele falou com muita propriedade sobre a questão da UNEMAT, porque nós precisamos acabar com a prioridade meramente política e muitas vezes até política eleitoral. A forma como a UNEMAT foi implantada no Estado de Mato Grosso, ao longo da história, deixou claro isso. Em alguns locais não se conseguiu uma parcela, porque o Prefeito não quis, porque o Prefeito era adversário do Governador ou por falta de interesse de uma determinada Prefeitura. Mas, por outro lado, onde havia um Deputado que era mais aliado do Governador, ele conseguiu levar um curso e daí provocou essas distorções que o Deputado Zé Carlos do Pátio colocou aqui. Dentro dessa preocupação, só para pegarmos esse exemplo: Juína, nós estamos na região Noroeste de Mato Grosso com cento e sessenta mil quilômetros quadrados da região e cento e sessenta mil habitantes e não temos nenhum curso universitário lá na região. Então, não dá para admitir que essas diferenças regionais continuem acontecendo.

Nessa questão da discussão do PPA é que é um momento importante para reduzirmos essas diferenças regionais. Bom seria também, se não este ano, mas vamos deixar essa proposta para que o Governo passe a discutir o Orçamento do Estado, o Orçamento participativo. Esses mesmos momentos de discussão do PPA, podem ser feitos com o Orçamento também.

Este ano está muito tumultuado fazer as duas coisas ao mesmo tempo, mas a partir do próximo ano o Governo do Estado, a Secretaria de Planejamento poderão se preparar fazerem essa discussão de forma mais ampliada do Orçamento do Estado. Dizerem à população quanto é o Orçamento do Estado, qual é o custeio da máquina pública, o que sobra para investimento. Porque quando nós vamos discutir orçamento participativo, em primeiro lugar a população imagina que no Estado tem uma fortuna em dinheiro, tem uma quantidade absurda de dinheiro, que entraram tantos milhões para as prefeituras, e que esse dinheiro é cem por cento para investimento. Porém, quando fazemos essa discussão, nós começamos a mostrar o custeio da máquina administrativa, começamos a discutir mais detalhadamente o Orçamento, a população passa a compreender melhor esse Orçamento e ajuda à administração racionalizar esses recursos. A população que queria uma praça com uma grande fonte luminosa, com uma coisa, uma grande obra faraônica, ela já fala não: “Nós queremos a praça, mas que ela tenha uma utilidade para o lazer, para que nós possamos garantir o espaço cultural para a cidade.”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Então, quando passamos a discutir o Orçamento com a população e levá-la de forma bem transparente, quanto o Estado arrecada, para onde vão os recursos, a população passa a partilhar com o Estado essa questão das dificuldades pelas quais, muitas vezes, atravessa.

Eu quero, aqui, Sr. Arnaldo Alves de Souza - o senhor não estava presente, pois, encontrava-se em entrevista com a televisão -, parabenizá-lo pela iniciativa, assim como a Secretaria de Planejamento e deixar a proposta para que no ano que vem seja feito o Orçamento Participativo de acordo com os moldes que foi feito o PPA. O que já é uma forma. Obviamente que em cidades, como Porto Alegre; em Estados, como o Rio Grande do Sul; essa discussão já está mais adiantada. Eu acho que seria um bom começo partirmos no formato que está sendo iniciada a discussão do PPA este ano.

Era essa a minha contribuição. Quero dizer que, depois de amanhã, eu estarei em Juína, na abertura da discussão do PPA, discutindo as questões regionais para que, dessa maneira, possamos diminuir essas diferenças regionais, com as quais tanto sofremos na região, e que, agora, há uma sinalização positiva no sentido de reduzirmos elas.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Deputada Verinha Araújo; Deputado Zé Carlos do Pátio; Suplente de Deputado Wilson Teixeira Dentinho; Deputado Ságuas; Sr. Secretário Adjunto de Planejamento, Arnaldo Alves de Souza; Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Dr. Antônio Junqueira; demais representantes das Secretarias; Sr. Bolanger José de Almeida, Secretário de Planejamento do Município de Cuiabá; Sr. Dario Antonio Carniel, Secretário de Finanças do Município de Quatro Marcos, nosso amigo, meus amigos, minhas amigas.

Eu serei breve. Eu quero cumprimentar, aqui, o Secretário e toda a equipe de Governo por essa discussão. Eu acho que nós só vamos - num Estado como Mato Grosso, que tem dimensões continentais-, reduzir o sofrimento da população que está mais distante da Capital se levarmos essa discussão de forma regionalizada, colocando o Governo mais próximo da sociedade. Quem sabe até diminuirmos essa grande angústia da população em querer dividir, mais uma vez, o nosso Estado.

Eu quero dizer - na qualidade de Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembléia Legislativa-, que nós discutiremos, já temos um calendário pré-estabelecido, a LDO, que já se encontra na Casa sobre a qual faremos uma discussão, também, de forma regionalizada. Em que pese termos até o dia 30 de junho para aprovarmos a LDO, já fizemos um calendário e, pelo menos, vamos discuti-la nas principais cidades pólos do Estado.

Além disso, nós queremos, também, à medida que o PPA chegar na Assembléia Legislativa, abrir à sociedade e fazer novamente essas discussões. A Assembléia Legislativa procurará fazer essas discussões em todas as regiões do Estado.

No final do ano, que é uma preocupação do Deputado Ságuas, quando o Orçamento chegar a esta Casa, nós faremos essas discussões com toda a sociedade mato-grossense utilizando, talvez, as mesmas regiões do PPA.

Eu acho que são essas as informações que eu gostaria de passar. Eu vim muito mais aqui para ouvir o PPA, porque nós estamos com um problema sério na própria LDO em função de não ter um PPA pronto. Nós estamos com um problema da forma como veio a LDO para cá... Enfim, nós teremos várias discussões e esperamos que possamos fazer um PPA que venha atender, principalmente, a sociedade mato-grossense. Que o Governador possa, nesses quatro anos, cumprir com pelo menos metade das propostas feitas durante a campanha.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Nós queremos também, na própria LDO, fazer algumas emendas necessárias à transparência do Governo. Fala-se tanto em transparência, transparência, mas quando veio a LDO não se colocou nada de transparência. Nós queremos fazer uma emenda à LDO, uma emenda que vou colocar, que é o acesso que os Deputados precisam ter ao Sistema SIAF, ao Sistema SIDORF, que não está previsto na LDO e que nós vamos implementar agora, porque isso também faz parte da transferência.

Eu acho que nós estamos, aqui, na qualidade de fiscal para colocar e trabalhar em parceria com o Governo. Nós somos da Oposição, mas de uma Oposição bastante responsável e queremos ver o desenvolvimento do Estado e só dará para fazer se tivermos uma ampla discussão com a sociedade. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Suplente de Deputado, Sr. Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Eu quero cumprimentar a Mesa em nome da Deputada Verinha Araújo.

Gostaria de cumprimentar o meu amigo particular Deputado Carlão Nascimento; o Deputado Zé Carlos do Pátio; o Deputado Ságuas; o Prefeito de São José dos Quatro Marcos; o Secretário Adjunto, aqui presente; demais autoridades; amigos pessoais, Dr. Wilson, se não me falha a memória; eu quero cumprimentar a comunidade em nome do meu amigo Valter; quero cumprimentar a todos os Vereadores aqui presentes em nome do Vereador Caio; e o Sr. Edílson Baracat.

Companheiros, eu cheguei atrasado, vi algumas coisas do Plano Plurianual.

Sr. Subsecretário, o que nos preocupa é que em vinte anos de vida pública e mandato, o que nós vimos, sempre, no Plano Plurianual e na LDO foram textos muito bonitos, mas, quando vamos legislar com nossas emendas, infelizmente, somos barrados pela lei e não podemos legislar sobre matéria financeira.

Nos estranha também, mais uma vez, ver que o pequeno produtor não terá linha de crédito nenhuma para se beneficiar e plantar pelo menos uma mandioca, um feijãozinho para sobreviver. Mais uma vez está escrito, mas não sabemos de vamos tirar esse recurso.

Nos preocupa também, o Deputado Carlão Nascimento já falou aqui, a questão da LDO no tocante ao servidor público.

Nos preocupa também, Sr. Secretário, uma questão: se em quatro anos não tivermos, na discussão do PPA, previsão de baixar o imposto ficará difícil falarmos quando começará a famosa deflação no tocante à questão do ICMS. Nós estamos vendo, a cada dia que passa, o imposto da energia subindo e de maneira alguma se abaixa o ICMS neste Estado.

A cesta-básica é um programa do Governo Lula, mas nós precisamos, de todas as maneiras, saber, porque o que mais nos pesou na época da campanha foi a questão dos impostos no Estado. Na época, eu era Deputado e cansei, junto com outros Deputados aqui da Assembléia, de questionar esse item. Não estamos aqui dizendo que o Governo Blairo Maggi vai ter que resolver esse item.

Esses itens: impostos, servidor público, pequeno trabalhador e investimentos para agricultura, de vinte anos para cá, não tiveram crescimento algum.

Concluindo, espero que na LDO possamos atingir os êxitos que estamos tentando.

Sabemos das dificuldades da máquina em arrecadar, mas também temos que ter uma previsão para que aqueles que precisam gerar empregos, para o microempresário que não está tendo linha de crédito nenhuma, e com juros de 26,5% não vai conseguir nada, em banco nenhum. E nenhum microempresário e nem grande produtor tem interesse nesse juro de 26,5%.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Eu desejo sucesso à Secretaria de Planejamento, que está bem representada aqui. Quando se chama a sociedade para participar, tenho certeza que todo mundo ganha com isso.

Concluindo mais uma vez, não é Deputado Carlão Nascimento, os Deputados estão aqui, e provam, mais uma vez, que o Governo tem as boas intenções, mas o que esta faltando também, é a participação da sociedade.

A plenária, não menosprezando ninguém, por uma discussão tão grande como essa, eu achava que tinha que ter mais pessoas representadas aqui, mais Vereadores, mais Secretários, na procura. Porque depois que vem a LDO, e que vem o orçamento fica como se fossem os Deputados que não fizeram. E não é bem assim, e nós sabemos da nossa capacidade de legislar.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora, para encerrar a parte da Mesa, depois, vamos abrir ao plenário.

Eu tenho três questões para o Sr. Arnaldo Alves de Souza, que está representando o Secretário de Planejamento.

A primeira é que os senhores, quando estão indo às regiões fazerem a discussão do PPA, estão levando um diagnóstico da região, então, eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso, não sei se devido o tempo será possível;

A segunda questão é como que senhores estão pensando em fazer o retorno para as regiões, sobre o acompanhamento e aplicação das ações do PPA? Os senhores estão pensando em fazer uma vez por ano, pelo menos o retorno, sobre aquilo que foi pensado, foi colhido, para que de fato isso tenha sido implantado?

A terceira é sobre os tributos. O PPA tem que vir acompanhado de uma projeção orçamentária ano a ano, isso não foi explicitado aqui. Os senhores têm isso já pronto ou estão aguardando a finalização dessas ações regionais, dessas Audiências regionais?

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Referente à primeira pergunta esses diagnósticos, esses levantamentos regionais já existente, apareceram nos estudos preliminares. Desde os estudos preliminares foram utilizados como base, que deu sustentação à elaboração de propostas e estratégias de governo. Existem dois trabalhos muito importantes aqui no Estado, que foram os fóruns regionais, realizados no ano passado, com parceria do Governo, SEBRAE, AMM, muito importante, e também, os pólos dinâmicos que contribuíram para facilitar todas as condições propostas pela equipe estratégica do Governo.

E hoje, inclusive, quando nós vamos a cada região, nós voltamos e apresentamos tudo aquilo que eles solicitaram de tal forma que, nós relembramos aquilo que foi solicitado nos pólos dinâmicos e nos fóruns realizados no ano anterior. Então, para isso ativar seria o aquecimento do debate das propostas.

Na segunda questão - inclusive também, respondendo a solicitação do Deputado Ságua, a idéia é que nós vamos voltar anualmente no período da pré-elaboração da LDO, apresentar o que foi executado no ano anterior e discutir com a sociedade aquilo que nós vamos priorizar para o ano seguinte para ser incorporado na LDO.

Esse processo já está praticamente elaborado. É um processo que já foi definido pela equipe, e nós temos, efetivamente, que dar satisfação daquilo que foi realizado no ano anterior, previsto, realizado, e também discutir com a sociedade o que será colocado no ano seguinte. Nós entendemos que aí começa a transparência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Aproveitando ainda para falar sobre a LDO e o PPA, existe neste ano - e isso foi colocado anteriormente -, um processo muito complicado. Este ano é que temos que apresentar, segundo a Constituição, a LDO até o dia 15 de abril e o PPA enviado até 31 de agosto.

É impossível - porque ele sempre coincidente com a mudança de Governo-, que o Governo consiga entrar e, em três meses, elaborar um PPA para que efetivamente entregue a LDO em 15 de abril. Ele teria janeiro, fevereiro e março para elaborar a LDO e preparar em caráter de emergência um PPA. E preparar, em caráter de emergência, uma LDO para 15 de abril, é impossível. Existem propostas, outros Estados que modificaram esse procedimento. Entendemos também... Nós estamos estudando na SEPLAN uma proposta de adequação a isso.

Foi encaminhada para nós uma proposta de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, onde diz que entregaria o PPA no dia 30 de março do ano que o Governo assumisse. O que eu disse, anteriormente: humanamente é impossível e poderíamos estar incorrendo erros de apresentar um PPA distorcido e que não contemplasse as ações necessárias. Porque se entendermos que só podemos discutir o PPA após a posse do novo Governador, de cada Governador, em cada período de quatro anos, nós estaríamos altamente compromissados com a qualidade desse PPA. Falando muito mais como técnico, do que como político, neste momento, porque eu sou um técnico.

É por isso que as vezes há esse descompasso entre a LDO e o PPA no ano da sua elaboração.

Gostaria de dizer também que a validação da LDO acaba sendo remetida ao PPA, porque segundo o próprio questionamento que nós tivemos aí, principalmente da parte de tributo, de ICMS, quanto vai gastar na saúde, quanto vai gastar...É impossível você falar antes da conclusão dos trabalhos do PPA. Está sendo estudado cada passo disso aí.

Agora mesmo foi encaminhada a LDO para cá, com um cenário que não é nada convidativo. Quem já está com a LDO, quem já analisou a LDO, tenho certeza que viu a perspectiva de investimento e custeio deste Estado, não existe. Em função disso, o Governador determinou que fosse elaborado um grupo de estudo em cada um dos itens que compõem o Orçamento deste Estado e ele será discutido individualmente por técnicos especializados dentro do próprio Estado. Quando será analisado o gasto público, a dívida pública, os fundos, a participação efetiva de renúncia fiscal.

E, hoje, é inadmissível termos um Estado desse tamanho e crescemos na sua arrecadação ano a ano e quanto mais se cresce menos se tem. Por um processo muito simples, hoje, está na LDO - e o Deputado Carlão Nascimento pode confirmar isso para nós -, o custeio de Pessoal - tirando automaticamente as vinculadas, as diretas-, hoje, nós estamos pagando menos ao custeio do Estado do que a dívida que o Estado pagará. O Estado, na proposta para 2004, é de seiscentos e onze milhões de reais contra um pagamento - se não me engano -, de quinhentos e cinquenta e quatro milhões de reais. O pagamento vem sendo mantido estável ao longo desses anos todo da dívida e a dívida vem crescendo, corroendo toda possibilidade de investimento deste Estado, porque a dívida é calculada sobre a Receita Bruta.

Isso é um fator que, efetivamente, até desanima os técnicos, porque quanto melhor formos em arrecadação mais seremos penalizados. E quanto mais se pagar de dívida, menos se tem de retorno. O compromisso do pagamento da dívida é que essa dívida voltaria com 50%, no mínimo, de investimento para o Estado. E, hoje, ficou em menos de 17% de investimento do Governo Federal no Estado, referente à dívida no ano passado. Isso é um trabalho que está sendo feito por equipes, está sendo elaborado, porque senão, não tem condição de falar em financiamento do PPA sem que tenha recurso. Quando eu retornei - porque eu tive que me ausentar da sala -, o Deputado estava falando exatamente isso, porque a população pensa no que entrou, mas esquece aquilo que tem ser repassado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Existe um outro fator muito complicado neste Estado, que é renúncia fiscal. A renúncia fiscal, hoje, é quase um bilhão de reais, ela tem que ser novamente estudada e repensada.

E outra coisa que nós não falamos ainda, é a criação de fundos. Isso não pode existir. Não é que eu seja contra, mas quanto mais fundo se tira do principal, menos temos para investir no Estado. Pode-se privilegiar uma ação, mas deixar de privilegiar o Estado.

Temos que ter muito cuidado e nesses estudos que pretendemos apresentar para a Assembléia, nós vamos trazer isso aqui, pois é base do trabalho, é base do estudo que vai ter que ser discutido e apresentado. Essa é uma ação conjunta do Estado de Mato Grosso e todo mundo tem que entender o que está se discutindo. Essa participação da sociedade é sumamente importante para que possam entender, como são feitos e como é gasto o dinheiro do Estado. Tem que haver essa transparência.

Concordo plenamente com o que o Deputado Carlão Nascimento falou e o Suplente de Deputado Wilson Teixeira Dentinho falou, é essa orientação, é esse o caminho que está sendo dado pelo nosso Governador. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Agora nós vamos convidar os membros da platéia, que estão inscritos, para utilizar a palavra, por três minutos e, depois nós vamos passar para as respostas.

Com a palavra o Sr. Rafael Coelho, Diretor-Geral do DCE da UNIC. Perdão Sr. Rafael, aguarde um minutinho, porque o Cerimonial me avisou que tem duas pessoas na Mesa que querem utilizar a palavra.

Com a palavra, o Sr. Sebastião Ribeiro da Silva e depois o Prefeito de São José dos Quatro Marcos.

O SR. SEBASTIÃO RIBEIRO DA SILVA – Cumprimento todas as senhoras presentes em nome da Deputada Verinha Araújo; em nome do Srs. Deputados, os senhores.

Eu só quero acrescentar uma informação na fala do Deputado Zé Carlos do Pátio, no tocante a diferença salarial entre o policial militar e o policial civil, isso não é realidade, Deputada, senhores e senhoras presentes.

A Lei de Subsídio - eu lembro que no ano passado eu estive com o senhor aqui, até o senhor se exaltou bastante numa colocação do Presidente do Sindicato-, foi aprovado na Assembléia Legislativa, o subsídio. O salário inicial para o policial militar e o policial civil, é igual o subsídio, é 760,00 reais. Durante o período probatório ele permanece com esse vencimento, ao concluir e ser aprovado no estágio probatório que hoje, constitucionalmente, é três anos, ele passa a um vencimento de 930,00 reais.

Quero também esclarecer que a classe dos policiais militares, de soldado á subtenente, então, tem soldado, cabo, sargento e subtenente, é o último grau como praça. Na Polícia Civil tem o agente policial, investigador temporário, que é o estado probatório. Concluído, ele passa para classe “A” que é nivelado ao soldado com 930,00 reais. O agente policial classe “B”, que ganha em torno de 1.200,00 reais seria equivalente ao cabo. A classe “C”, esse interstício de uma classe para outra é de 05 anos, ouviu Deputado?

Então, quer dizer, 03 anos para cumprir o estágio probatório e ele ingressa na classe “A”; com mais 05 anos para ele ir á classe “B” e mais 05 anos para ir à classe “C”. É praticamente de 03 a 15 anos para ir á classe “C” e, por último, a classe especial que são mais 05 anos.

Esse vencimento da classe “C” que é em torno de 1.500,00 reais, Deputado, que é o que recebe agente policial classe “C” e que equivale ao Sargento na Polícia Militar. E a classe “E”, que equivale ao Subtenente na Polícia Militar, que é o final de carreira, é em torno de 2.050,00 reais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Essa é a carreira, elas estão equiparadas a título de subsídio também, tanto quanto ficou equiparado o coronel e o delegado classe especial. Inclusive é a que eu faço parte, que são 8.000,00 reais de subsídio, esse teto que foi criado na Lei de subsídio.

Como bem disse o senhor, foi muito discutido no subsídio com as classes. Se não foi satisfatório, hoje, nós verificamos os erros que ocorreram, os equívocos. Naquela época, eu já orientava tanto o Secretário de Administração, quanto o Governador, porque eu era o diretor geral da Polícia Civil, naquela oportunidade, e fiz algumas sugestões, algumas orientações que ao meu ver incorreriam em erros. Esses erros que eu disse, que se nós, se o Governo cometesse, seriam buscados na Justiça e realmente o foi. Os agentes que eram classes especiais voltaram para a classe “A”, aí buscaram na Justiça e retornaram; os delegados que na Constituição Estadual diz que o vencimento entre uma classe e outra é de 05%, não foi respeitado também, e isso foi buscado na Justiça e já teve a sentença transitada em julgado. E hoje, se cumpri a decisão.

Somente a título de informação, é por isso que eu faço esse pronunciamento para auxiliar os senhores. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Antônio Junqueira, Prefeito de São José dos Quatro Marcos.

O SR. ANTÔNIO JUNQUEIRA - Deputada Verinha Araújo, em nome da qual eu cumprimento as autoridades aqui presentes, bom-dia a todos.

Eu não poderia deixar de fazer o uso da palavra, e primeiro eu quero parabenizar o Governador, a Secretaria de Planejamento por essa decisão de discutir os problemas regionais. O Município de São José dos Quatro Marcos vai sediar um desses fóruns regionais e eu gostaria de fazer um breve histórico.

Na região de São José dos Quatro Marcos, na década de 80, foi o maior pólo agrícola do Estado. Nós temos o calcário ali perto. Nós temos a maior malha viária. As rodovias são as melhores do Estado. Nós temos tudo ali. Nós estamos perto de Porto Velho, tem o Porto de Cáceres. Nós temos tudo, só não temos segurança. Por um problema de estratégia, e aí que é importante, achava-se que o narcotráfico... Quando os narcotraficantes chegavam para nós, para os nossos proprietários e falavam: “Deixa o seu trator no jeito, que nós vamos roubar. E não reaja, não”. Levaram tudo e com isso nós perdemos todos os nossos produtores com vocação agrícola por um erro de estratégia, achando que o narcotráfico ficaria só conosco, que não viria para a grande cidade. E, hoje, pagamos um preço muito caro por isso.

Agora, está acontecendo outro problema na nossa região, ao qual eu quero pedir apoio aos Deputados, que é o problema fundiário na área de fronteira e que está limitando todo o nosso desenvolvimento. E, mais uma vez, quer se jogar a culpa no problema da colonização. O Brasil não vai bem por imperialismo dos Estados Unidos ou porque foi colonizado por portugueses. E lá se diz que não vai bem, porque foi colonizado por paulista, mineiro, coisas assim. Não é nada disso. É falta de atenção.

Hoje, quanto a esse problema fundiário existente lá, esse problema sério que tem que ser resolvido, há a Lei Federal que diz que 150km de margem de fronteira é terra devoluta, mas, não é tão simples. É terra devoluta, mas, o INTERMAT não tinha competência para titular essas terras na ocasião, e que hoje, estão causando um problema sério a nossa região, ameaçando o desenvolvimento da nossa região. Logo agora, que está tudo melhorando, que o narcotráfico, graças ao GEFRON, essa política de segurança na fronteira e que foi de suma importância para lá, mais uma vez, está querendo limitar. Querendo não, vai limitar, porque não se terá acesso ao crédito...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Nós temos, hoje, na região de Vila Bela da Santíssima Trindade famílias que estão, há mais de vinte anos com posse pacífica, sendo intimadas a desocuparem a terra sem terem, nem mesmo, o direito de serem ouvidas. Nós estamos com problemas seríssimos, coisas sérias.

Eu gostaria que essa questão fosse discutida, porque, mais uma vez, limitará o desenvolvimento da nossa região e fomentará uma desordem muito grande. Ali é um barril de pólvora, prestes a explodir e que merece uma atenção dos nossos planejadores. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito Obrigada.

Sr. Prefeito, a questão colocada por Vossa Excelência será respondida pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, que é da Comissão de Terras.

Ele solicitou um minuto para responder ao Secretário Adjunto e responderá a sua questão, também.

Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Na semana que vem nós teremos, aqui, uma Audiência Pública para discutirmos a questão das terras públicas da União e do Estado.

Eu quero convidar o senhor para estar, aqui, conosco e será na quarta-feira, às 13:30 horas. Hoje, nós temos dois milhões de hectares em terras públicas da União. É uma questão séria e haverá um debate muito aprofundado sobre esse encaminhamento. Inclusive, o INCRA, está fazendo uma discussão muito séria sobre a questão de terras públicas da União e do Estado, juntamente com o INTERMAT, através do seu Presidente, Sr. Jair Mariano.

Quanto ao nosso Delegado, eu queria colocar que nem todos os policiais militares chegam a subtenente. Mas todos os policiais civis podem chegar na classe c, b, e é dentro de um Programa. Por isso que eu vejo essa diferença de tratamento. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Deputado Zé Carlos do Pátio.

Com a palavra, o Sr. Rafael Magalhães Coelho.

O SR. RAFAEL MAGALHÃES COELHO - Bom-dia a todos.

Srª Deputada, Srs. Deputados, Sr. Prefeito, Sr. Secretário, senhores representantes do Executivo Estadual; senhores e senhoras da sociedade civil que convalidam esta Audiência Pública.

Eu tenho algumas considerações, mas primeiro gostaria de parabenizar ao Planejamento por esse Plano, ao devido respeito ao meio ambiente, ao manejo sustentável.

Em várias oportunidades, em debates durante a campanha do Governador, eu mesmo questioneei sobre a posição dele - como ele é produtor rural, depende da terra-, de como ele vai incrementar a sua administração em relação à preservação dos horizontes agricultáveis e a sustentabilidade do meio.

Foi dada uma ênfase muito adequada, mas eu deixo uma breve sugestão em relação ao cumprimento de uma determinação do CONEMA, que é o de designar 10% da área do Estado para unidades de conservação. Isso tem retorno fiscal também para o Estado se for concretizado através do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tem condições de conseguir recursos para o Estado.

Reiterando, também, a posição do Diretório Central dos Estudantes da UNIC. Com isso os estudantes da UNIC estão disponíveis para realizar um trabalho voluntário para qualquer iniciativa que, após o planejamento, exposto e discutido, nós teremos o real interesse em participar. Não só servir ao Estado, como também para nós que, através do certificado, mais tarde contará para nossa aposentadoria. Então, é muito interessante e é um bom negócio para todos. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra o Sr. Orenco Francisco da Silva, Suplente da Senadora Serys Slhessarenko.

Logo após, usará da palavra o Sr. Benedito Rufino da Silva.

O SR. ORENCY FRANCISCO DA SILVA - Estamos aqui e gostaríamos de parabenizar a Deputada Verinha Araújo e demais Parlamentares, o sub-Secretário de Planejamento, os demais representantes de outras Secretarias, e todos os senhores e senhoras aqui presentes.

O Plano Plurianual, na verdade, é uma coisa um pouco subjetiva, quer dizer, não é como um orçamento em que se começa a trabalhar, para onde vai o recurso, para onde vai a quantia em valores, em números. Quer dizer, é um plano e é importante que se pense nesse planejamento.

É claro que se não trabalhar com números é possível trabalhar com direcionamento, para onde vai, ou seja, qual é a indução que se dará ao desenvolvimento.

Nós sabemos, muito bem, que Mato Grosso foi alardeado como um Estado que cresceu muito os últimos anos. Na verdade, se observamos, Mato Grosso cresceu em arrecadação, mas não cresceu em produção. Isso do ponto de vista da produção contributiva, aquela que aumenta a arrecadação.

Na minha casa, eu tive que diminuir o consumo de energia para diminuir o imposto, mesmo assim o imposto continua sendo alto. De 30% para 42% da uma diferença razoável. Não adianta vir com aquela desculpa de cálculo, que não é bem assim, que é só 30%, porque tal cálculo por dentro para nós é 42% e acabou. Pode ser que para os técnicos é a fórmula de calcular, mas quem console e sente na pele é 42% mesmo. E assim por diante.

As indústrias tiveram que reduzir custos para fugir do gasto, ou seja, para que o produto final não tenha embutido mais 12%, para não encarecer para a população. Muitos, inescrupulosamente, jogam logo para a população: “A população que pague isso, vou garantir meu lucro”. Mas, o Estado precisa induzir à produção, a melhora da produção e fazer com que retorne o crescimento para que a população possa gastar bem aquilo que é necessário a sua subsistência e menos com imposto, que depois nem sempre volta em forma de serviço público onde essa pessoa mora.

Mas é importante lembrar... Eu fui Presidente do Conselho Estadual do Trabalho e discutimos a questão do PROJER, a questão de recursos de qualificação profissional. Eu não sei se o Governo Blairo dará conta de fazer a integração das Secretarias, porque, o que a Secretaria de Indústria e Comércio pensava para o desenvolvimento da área comercial, não era necessariamente o que a Secretaria de Trabalho Justiça e Cidadania fazia na hora de colocar o projeto. Não havia essa sintonia.

Não sei como que pensavam a qualificação profissional na Secretaria de Educação, quando também, através dos recursos do FAT, buscavam fazer qualificação profissional sem haver essa ligação, inclusive também, com a Secretaria de Agricultura que falava em produção no campo. Enfim, o Governo precisa dar conta de integrar a Secretarias, para que os recursos públicos utilizados sejam otimizados e garantam essa sintonia.

Eu acho que o Presidente Lula, nós somos do PT e estamos vendo o Presidente, vai reunir os secretários a cada trinta dias, exatamente, para dar essa sintonia fina. Não adianta planejarmos tudo e depois deixar cada secretaria fazendo de qualquer jeito.

Nós temos um agravante no meio do caminho e que eu acho que precisa ser pensado na hora desse planejamento: São as emendas orçamentárias e os convênios que o Estado faz. Precisa pensar bem isso, porque senão tem Deputado que fica doido para puxar recursos para o Município, para outro, para fazer a sua, enfim, “garantir a sua reeleição”. E, garante mesmo, de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

ambas as formas, na maioria das vezes. É preciso garantir que essas emendas, essas integrações, sejam feitas.

Porque senão, começam a construir posto de saúde, por exemplo, em Município que não precisa de posto de saúde. Mas, como o Deputado viabilizou aquela verba ele constrói, e depois não tem equipamentos, e provavelmente o pessoal da saúde, está aqui e sabe muito bem como é isso. Muitos postos construídos, saúde de péssima qualidade, porque depois não dão condições para que o Município possa equipar aquele prédio.

É isso que precisamos observar, planejar, mas na hora de planejar, chamar o Secretário, chamar os Parlamentares que são da bancada, seja aqui na hora de fazer as emendas locais e mais os Parlamentares Federais para que o desenvolvimento de Mato Grosso seja realmente direcionado, e não vire aquela torre de babel, cada um puxando para um lado. Secretário querendo fazer para aparecer mais que o outro, e as vezes quando são de partidos deferentes a briga fica maior ainda. Precisa-se buscar com pulso firme, para não virar a verdadeira torre de babel.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Benedito Rufino da Silva, em seguida o Sr. Nelson Borges.

O SR. BENEDITO RUFINO DA SILVA - Quero cumprimentar a Mesa, bom dia senhores e senhoras.

Quero usar aqui a palavra, do ex-palestrante, eu trabalhei no SINE durante dois anos e vi que o PROJER aqui no Estado de Mato Grosso, e no Brasil, sei lá, é uma piada. Nós não conseguimos atender a 30% do pessoal que procuravam o PROJER que quando chegavam, no Banco do Brasil não tinha dinheiro. Não tinha dinheiro.

A Secretaria de Cidadania, do ex-Governador Dante de Oliveira, talvez até quisesse fazer alguma coisa, sob poder de Hermes de Abreu, mas não tinha dinheiro ou senão a pessoa tinha que ter bens a oferecer.

Se o coitado do microempresário estiver quebrado num plano que está, há dez anos, numa recessão terrível, não tinha dinheiro, e o Presidente era o Sr. Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. O Governador Dante de Oliveira se obrigou a passar para o PSDB para poder viabilizar o Governo. E foi essa situação que aconteceu.

O PROJER se continuar daquele jeito, será uma falácia novamente.

Agora, referindo-me a São Jose dos Quatro Marcos, o Prefeito está aqui, eu morei vinte anos numa região em Araputanga, e fiz política vinte anos, sempre na Oposição, no PMDB. São Jose dos Quatro Marcos também é de ordem política, política agrícola. O que é São Jose dos Quatro Marcos? Ele é Campeão do café em Mato Grosso. Campeão produtor do café em Mato Grosso. Ninguém mais tem café em São Jose dos Quatro Marcos, porque o preço não compensa, não tem preço e não tem sustentação. O Governo não ajuda o pequeno produtor, e lá são pequenos áreas de trinta alqueires, vinte alqueires, dez alqueires, quinze alqueires e assim por diante. Então, São José dos Quatro Marcos representa o Paraná hoje, em vinho, em termos de propriedades.

Então, teria que haver alguma sustentação para que a pessoa pudesse continuar produzindo café. O que as pessoas estão aderindo? Ao boi. O boi para quem tem condições. O pequeno proprietário com boi, vaca leiteira, coitado, daqui a pouco é obrigado a vender para um, para outro, para criar ... O médio e o fundo, nem latifúndio não é. É essa a realidade da nossa região lá na Grande Cáceres.

Agora o que eu me refiro, eu que moro aqui há dez anos, eu estou puxando a sardinha para a Baixada Cuiabana. Andei por aí e pude sentir em algumas cidades do interior, aqui vizinho de Cuiabá, que a pobreza é pior do que no Nordeste. Pior. Os Governadores que antecederam, inclusive, o Sr. Dante de Oliveira - eu tive conversando com ele na época -, não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

olharam para a Baixada Cuiabana, apesar de eleger treze Deputados, é o que a Baixada Cuiabana chega a eleger. E a Baixada Cuiabana não tem um projeto econômico para apresentar, para melhorar a situação dos nossos vizinhos, até para dar sustentação a Cuiabá que importa quase tudo para comer.

É importante que o pessoal do SEPLAN verifique isso com carinho. Eu que sou Esquerda, não aquilo que o pessoal falava: “Ah, o pessoal desiste, não sei o quê”. É importante observar o pequeno, o miserável que está aí produzindo e passando fome. Essa é a verdade.

Eu, hoje, sou aposentado pelo Estado... Aí vem essa falácia de que não paga o professor, porque estão os aposentados misturados... Eu acho que o Estado de Mato Grosso tem 10% de aposentados...

Ora, eles estão ganhando uma mixaria, uma merreca. Pagam para trabalhar. E não rouba, porque não acha o dinheiro para roubar. O país está desse jeito hoje, está desse jeito. Se colocarmos dinheiro à disposição, o pessoal está numa situação terrível! Porque conduziram o país ao tal estado de mendicância. Alguém falou que o País estava não sei o que dos Estados Unidos... Está a reboque sim, dos Estados Unidos, está a reboque! Acabaram de falar que Mato Grosso pagará 60%, 70% de dívida. Isso é brincadeira! O Governo tem que ter coragem de decretar uma moratória parcial disso aí. E, nós vamos continuar trabalhando de graça para a sociedade? Isso é brincadeira! É brincadeira isso aí!

Portanto, tem que se planejar! Parabéns ao Governador Blairo Maggi! Eu votei em Blairo Maggi. Pela primeira vez votei fora do PMDB, aliás, o PMDB já não tinha candidato a Governo mesmo, por isso votei em Blairo Maggi e nos outros candidatos do PMDB.

O seguinte, a realidade é essa. Tem que se fazer um planejamento sério, com os pés no chão e ter coragem de dar a volta por cima e não ficar à deriva, porque esse dinheiro que paga a dívida externa é dinheiro que vai melhorar a vida dos gringos lá e nós passamos necessidades aqui. Um país que está produzindo.

A Receita do Brasil vai para três bilhões de reais e nós estamos numa situação de mendicância. Com três bilhões de reais e pagando 600,00 ou 700,00 reais de salário para o professor. E dos militares, dos policiais é mixaria também.

O Deputado Zé Carlos do Pátio tem razão de falar sobre isso. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Com a palavra, o Sr. Nelson Borges e depois o senhor Edvande Pinto de França, Presidente do GRUCON Estadual.

O SR. NELSON BORGES – Bom-dia a todos e a todas aqui presentes.

Quero agradecer a iniciativa da Deputada Estadual Verinha Araújo pela realização desta Audiência Pública, pois acho que é muito importante fazer essa discussão do Plano Plurianual. E parabênizo, também, a iniciativa da Secretaria de Planejamento, do próprio Governo, de realizar esses fóruns regionais para discutir o Plano Plurianual.

Na verdade, o que acontece é que o Orçamento, geralmente, é analisado como uma peça de ficção, que não se discute com ninguém, e é encaminhado e empurrado goela abaixo...

E o próprio Plano Plurianual era uma ficção, anteriormente acontecia isso. Eu acho que essas iniciativas começam a inverter um pouco o processo, mas que, mesmo assim, nós temos que ter muito cuidado para que não continue como peça de ficção. Até porque nós sabemos do procedimento administrativo e com isso eu acho que o acompanhamento da sociedade civil organizada é fundamental.

Eu entendo que é muito importante, mas, ao mesmo tempo, temos que ter o método de acompanhamento e a aferição, todos os anos, para avaliar como é que está sendo feito o Plano. Porque o chamado Plano de Metas do Governo passado, também, se tornou peça de ficção e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

foi alardeado, várias vezes, por aí. Eu acho que é importante haver momentos de avaliação, monitoramento de como está sendo conduzido, ano a ano, o próprio Plano Plurianual e que orientará esses próximos 04 anos.

Quero dizer também, como representante da assessoria do Deputado Federal Carlos Abicalil, que está sendo discutido no Governo Federal a realização de Audiências Públicas para discutir o Plano Plurianual do Governo Federal. E aqui em Mato Grosso está sendo programado, podemos confirmar isso posteriormente, para o dia 10 de junho a possibilidade da realização da Audiência Pública, que é uma articulação da Secretaria Geral da Presidência com a participação das organizações da sociedade civil. Aqui eu sou representante nacional da ABONG, estaremos participando dessa articulação. O Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, também, estará na organização junto com a Secretaria Geral da Presidência, discutindo o Plano Plurianual Federal.

Aqui fica a pergunta: como podemos compatibilizar os Planos Plurianuais tanto do Governo Federal, Governo Estadual e também os Orçamentos propostos anualmente? Como integrar essa ação dos Planos Plurianuais com a execução e os Orçamentos Anuais? Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Com a palavra o Sr. Edvande Pinto de França, depois o Sr. Silvio Arruda e em seguida, o Sr. Bolanger José de Almeida. Depois nós passaremos a palavra à Mesa para responder e fazer as considerações finais.

O SR. EDVANDE PINTO DE FRANÇA – Bom-dia a Mesa. Bom-dia a todos!

A minha pergunta é no seguinte sentido ou pedido: eu faço parte do Conselho Estadual de Saúde, da Comissão de Planejamento e Orçamento e também farei parte aqui, de uma comissão representando o Movimento Negro junto à questão do orçamento.

É um pedido que vou fazer. Nós percebemos, nós que somos do Movimento Popular de ONGs, de Movimento Organizado, nós conseguimos, na verdade, trabalhar com o apoio do Governo Federal, muitas vezes, da Alemanha e até do Canadá e aqui no Governo do Estado é uma dificuldade danada de trabalhar com projetos. São várias ONGs que conheço que têm trabalhos sociais importantes e que estão ajudando na área até de políticas públicas. Estão ajudando o próprio Governo, a sociedade, sem nenhum recurso e têm dificuldade de trabalhar com o Governo nesses Projetos. Eu acho que não há abertura nenhuma do Governo em trabalhar com esses Movimentos Organizados.

O pedido que eu faço e, principalmente, eu que defendo a questão da população negra, nós estamos defendendo uma porcentagem que é para trabalhar as políticas públicas afirmativas. Eu dou um exemplo aqui, que é a saúde da população negra. Eu acho que deve ficar explicitado dentro do índice de IDH, um item falando que se deve trabalhar as políticas públicas afirmativas. É isso que nós estamos defendendo dentro do Orçamento, 20% do tesouro do Estado. Há uma menção do Governo Federal de trabalhar isso com índice bem menor, mas nós achamos que é possível. Eu acho que dentro desse... É um pedido que eu faço, que no PPA, que é o Plano Plurianual, fique mencionado isso, porque se não for mencionado quando no detalhamento do Orçamento, as Secretarias, os Secretários, não poderão fazer nada, porque nada se fala no PPA. Então, qual a intenção do Governo em trabalhar isso.

A minha pergunta que eu faço ao SEPLAN, se há possibilidade de dentro do índice do IDH deixar mencionado isso por nas Secretarias? Há uma abertura nesse sentido?

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Com a palavra, o Sr. Sílvio arruda e depois o Bolanger José de Almeida.

O SR. SÍLVIO ARRUDA - Bom-dia a todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Quero falar para o Secretário de Planejamento que é um grande prazer estar aqui e dizer que nós já participamos de vários planejamentos, neste Estado, e já chegamos até de dividir em setores este Estado. Nós planejávamos, criávamos as necessidades que é para a sociedade, porque nós defendemos a sociedade num todo. Vinha a parte técnica e a parte dos técnicos, logicamente, é uma linguagem técnica que nós entendemos e aí vinha a parte administrativa. Nós passávamos para setor estadual, vinham para os setores dos Municípios que também participavam. O Sr. Bolanger José de Almeida está aqui, nós discutíamos com a sociedade num todo e no final nós acabávamos deixando a sociedade aqui em baixo, a ver navio. Primeiro, pela situação de que nós já chegamos ao cúmulo de fazer um planejamento. Quando contávamos com esse bolo financeiro que tínhamos, parávamos na dívida, porque estamos até hoje pagando dívida da divisão desse Estado. E, ainda, há pessoas colocando que nós temos que dividir o Estado mais uma vez.

Eu acho uma incoerência isso. Eu até discuti, aqui, com um certo Deputado, que não permanece aqui, por não saber estudar as formas legislativas e a forma que mecanicamente funciona o Estado. Ele bateu boca, como estava dizendo, que o Estado rende um dinheiro fantástico e não consegue dar ao social. Quer dizer, eles participam da falácia, mas, não participam da parte técnica. Deveriam chamar os técnicos para discutir em nível municipal e em nível estadual, porque, dessa forma, criaríamos um ângulo e um trabalho mais fantástico que renderia à sociedade.

Eu fico feliz pelo Governador Blairo Maggi fazer isso, até porque já tínhamos feito isso, mas não chegava à sociedade. O desafio que o senhor terá e que o Sr. Jair já teve, foi o de chegar à sociedade com relação à melhoria da vida pública, da vida social de cada um, porque do jeito que está nós vamos perder muito da nossa infância. Muitos adolescentes, por tráfico de drogas e prostituição, sem moradia e sem qualidade de vida. É importante para cada político, para cada sociedade, defender a qualidade de vida. Um abraço.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – O Sr. Bolanger José de Almeida, Secretário Municipal de Planejamento, é o último inscrito.

Antes, eu gostaria de convidar a todos que quiserem participar e acompanhar a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, às 13:30, neste Auditório, para discutirmos a questão das UTIs, no Estado de Mato Grosso.

O SR. BOLANGER JOSÉ DE ALMEIDA – Bom-dia, Deputada Verinha Araújo, eu quero parabenizá-la por esta Audiência Pública.

Eu quero cumprimentar os Deputados Zé Carlos do Pátio e Ságuas; o Sr. Secretário Arnaldo Alves de Souza; o Sr. Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Antonio Junqueira; demais componentes da Mesa. Através, do Sr. Wilson Sanches, meu colega, professor, cumprimento os demais colegas da Mesa.

Eu gostaria de aproveitar o pronunciamento do Professor Benedito Rufino da Silva, nobre colega do PMDB, histórico, quando ele disse, preocupado, que Cuiabá, na Baixada Cuiabana, nós temos verdadeiros bolsões. Aqui, na Baixada Cuiabana, vivem mais de um terço da população do Estado. Quando nós assumimos, em janeiro, a Secretaria Municipal de Planejamento, começamos a estudar os indicadores sócio-econômicos da Baixada Cuiabana e o que aconteceu nesses últimos anos. É muito mais fácil entregar ambulâncias por esse Estado todo e trazer os doentes - porque temos hospitais de referência aqui-, do que trabalharmos de forma regionalizada, criarmos hospitais regionais com referências, para que possamos resolver o problema da saúde e do desenvolvimento regional.

Para se ter noção, o pior IDH do Estado é aqui em Porto Estrela que pertence a Baixada Cuiabana, apesar de não estar dentro dos três Municípios, está dentro da Baixada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

O segundo pior IDH do Estado é Nossa Senhora do Livramento, aqui dentro. Quer dizer, é brincadeira.

Nós vamos procurar dentro desses índices todos... Vamos pegar Acorizal: não temos estrada, não tem nenhuma política, não existe nada. Rosário Oeste, idem. Jangada, agora que conseguiu fazer aquele trabalho de varredura por satélite e está começando a sair de uma situação complicada. Nós vamos a Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antonio do Leverger, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, todos os Municípios da Baixada, os índices são os piores possíveis.

Nós temos os três melhores: o primeiro IDH do Estado é Campos de Júlio; o segundo, é Sorriso; o terceiro, é Cuiabá; aí, nós vamos para Várzea Grande que é o décimo sexto. E daí vão para o de número cinquenta, noventa, cem. A média salarial de Nossa Senhora do Livramento é 112,00 reais, isso no ano de 2000.

Como é que podemos conviver com isso? Preocupados com isso e, realmente, parabenizando, Sr. Arnaldo Alves de Souza, o trabalho que os senhores estão fazendo, pois, nós queremos acreditar que isso será transformado em Orçamento, em ação.

Preocupados com isso, o que nós estamos trabalhando? Reunimos os 13 Prefeitos das Prefeituras - no dia 12 de maio, agora, conversamos com o Prefeito Roberto França e ele nos autorizou -, reunimos e estamos discutindo exatamente essa proposta, aqui, para a Baixada Cuiabana. Nós entendemos que não é para a Baixada. Nós entendemos que temos que ter política de desenvolvimento regional que possa melhorar a condição de vida do cidadão mato-grossense.

Agora, o grande problema é que talvez Cuiabá seja a cidade que mais sinta isso. Estoura um problema em São José dos Quatro Marcos, a pessoa abandona a sua terra, e vem aqui para a periferia de Cuiabá, trazendo, realmente, problemas pesados.

Nós temos que ter uma política de desenvolvimento. Nós estamos trabalhando, construindo isso, Sr. Arnaldo Alves de Souza, com o objetivo de colaborar, não só com a Baixada Cuiabana, mas colaborar para sairmos dessa situação.

Agora, é impossível criarmos uma política de emprego - nós temos que criar uma política de emprego de renda-, se nós não facilitarmos as formas de financiamento para a população que precisa sair disso. Não adianta trabalharmos. Nós vamos trazer para as grandes empresas.

Senhores, se nós sabemos que o grande empregador é a pequena empresa, é o emprego de fundo de quintal e se essa pessoa não tiver acesso ao mecanismo de financiamento, como é que nós vamos fazer?

Estamos também, ao mesmo tempo, tentando juntar todas as Secretarias no Município, para que todas estejam convergidas para essa área social. O que temos notado é que cada uma puxa para um lado e acabamos, no final, tendo desperdícios de recursos.

Ao mesmo tempo, estamos estimulando a Universidade Federal de Mato Grosso a criar O Instituto Regional da Baixada Cuiabana, para termos informações da parte econômico-social, com o objetivo de ter esse *feedback*. Mas sabemos que a construção, medir indicadores sociais, é muito difícil. Medir indicadores de lucros de uma empresa é fácilimo, mas, indicadores sociais, é complicado.

Quando eu disser que quero melhorar o ensino de 1º grau, a coisa é mais a longo prazo, a coisa é mais complicada.

Então, quero parabenizá-lo, Sr. Arnaldo Alves de Souza, e nos colocamos à disposição.

Vamos ter uma outra reunião com os 13 Prefeitos no dia 29, na AMM, e queremos ainda discutir com a comunidade, porque nós estamos, neste momento, discutindo a participação da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

população no Orçamento Municipal. Já na próxima semana, nós teremos duas Audiências Públicas iniciando, e esperamos nos dias 23 e 24 estar, não só com as proposta de Cuiabá, mas também da Baixada Cuiabana, para que possamos melhorar esses indicadores, pelo menos a curto prazo, porque é, realmente, impossível conviver com essa situação.

E, Deputada Verinha Araújo, quando vamos para a exclusão social e comparamos nossos Municípios com os índices de exclusão social, a situação fica muito mais difícil, muito mais tenebrosa para Mato Grosso.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Sr. Bolanger José de Almeida, nós gostaríamos de receber esse calendário da Prefeitura, com relação à discussão do orçamento participativo e dizer que nos dias 23 e 24 de junho acontecerá o debate do PPA, na região da Baixada Cuiabana e todos estão convidados. É importante passar o quadro dos debates para sabermos o local onde será realizado, para o pessoal ficar a par do debate.

Com a palavra o Sr. Arnaldo Alves de Souza, para responder as questões e fazer seu pronunciamento final, para encerrarmos esta Audiência Pública.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Tentarei responder a todos, mas de uma forma mais generalizada para demorar menos e eu conseguir falar mais um pouquinho.

Quando o Sr. Oreny Francisco da Silva falou sobre como fazer para evitar que as ações isoladas das Secretarias conseguissem sobrepujar um plano, essa é a grande preocupação, sim, do Governo do Estado. Eu posso dizer para o senhor que essa é a preocupação de toda a equipe do Estado, por isso nós estamos trabalhando com programas, por isso nós estamos instituindo um processo permanente de atuação, que foram os comitês de programas.

Os senhores receberão... Eu não quis apresentar antes, porque esse decreto não foi assinado, mas, já está toda elaborada a sistemática de elaboração desses trabalhos, em que nós queremos coibir as existências das práticas de estrelismos que sempre acontecem. Nós sabemos disso. O Governador Blairo Maggi tem consciência disso, cobrou-nos isso, e cobra constantemente na reunião que é feita semanalmente, às segundas-feiras, com a sua equipe de Governo.

Professor Benedito Rufino a Silva colocou sobre a parte dos produtores atendendo isoladamente, principalmente, na área da Baixada Cuiabana. E citou o caso, como exemplo de São José dos Quatro Marcos. Nós temos uma visão, e essa aqui é uma visão que nós estamos tentando mostrar no próprio PPA, que é a visão da coletividade.

Individualmente, nós sabemos que nenhum Município, efetivamente, conseguirá nada de positivo no espaço de 139 Municípios. Hoje, só com união, só quando trabalhamos em conjunto é que conseguiremos ter força para poder brigar pelos nossos negócios.

Eu acho que os produtores têm sim, que se unir. Os produtores de café hoje, por exemplo... Eu tenho certeza que Paranaíta é um grande produtor de café, porque, hoje se eles estivessem juntos, talvez - estou falando lá do Norte, com uma coisa que é praticamente do Sul vamos dizer assim, entre a distância -, esse conjunto de ações fosse mais importante. E hoje, nós temos notado que os grandes produtores que estão trabalhando unidos, são os que mais cresceram nesse Estado. Concordo plenamente com o senhor, sobre este trabalho isolado.

Quanto aos problemas da Baixada Cuiabana, eu acho que eles têm que ser ... O Sr Bolanger José de Almeida deixou bem claro aqui. Quero aproveitar essas oportunidades que a Prefeitura de Cuiabá esta oferecendo, para fazer uma prévia dos nossos fóruns regionais e colocar que é o momento efetivo de apresentar para que o PPA possa contemplar, da melhor maneira possível, essas necessidades. Isso também eu digo ao Sr.Silvio Arruda, quando ele fala dessa discussão. Gostaria só de acrescentar ainda, o Sr Nelson Borges colocou bem claro, isso é uma preocupação nossa como técnico, porque esses planos de trabalhos sempre foram feitos, se pegarem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

o PPA passado, ele é uma grande peça, só que existe um fator, muito grande, diferenciando e em nenhum momento ele foi acompanhado, foi avaliado.

O grande problema que eu vejo hoje - embora ninguém tenha falado -, e que a SEPLAN tem compartilhando com todas as Secretarias, é o sistema estadual de informação. Hoje o Estado é desvinculado das Secretarias dele, porque não existe o sistema estadual de informação. Ele é prioridade nesse plano de trabalho, e já está sendo elaborado em conjunto. Sem isso nós não vamos conseguir avaliar esse plano nunca e nem dar a transparência que nós estamos querendo dar. Porque a comunidade tem que acompanhá-lo nos elementos mais simples que hoje nós temos de comunicação, que é a *internet*. Ele tem que estar disponível na *internet* para o cidadão. Mesmo aquele que não tem computador, hoje, faz parte de uma associação que tem e acompanha por ali. Isso eu tenho como compromisso nosso, de colocar todas as informações disponíveis para que o cidadão possa perceber e ter participação naquilo que está sendo feito pelo Estado.

Foi colocada aqui uma coisa, que eu sou contra, e que eu gostaria de esclarecer: é quando fala do IDH. Eu sou contra nos basearmos em índices que repercutem a nível nacional, porque nós acabamos ficando viciados em comparação a nível nacional.

A minha proposta na SEPLAN, quando entrei lá - o Sr. Fernando Antonio de Almeida, é que é o nosso Superintendente de Planejamento sabe disso -, foi a criação de uma equipe para trabalhar somente indicadores. Eu quero indicadores regionais de Mato Grosso. Eu não posso ter indicadores do Brasil, como um todo, quando eu preciso avaliar o meu trabalho quase que semestralmente. Se eu avaliar o meu trabalho anualmente ou como o próprio IDH - que é a cada dez anos a avaliação completa dele-, eu não terei uma avaliação comparada a isso. O que eu preciso é que cada ação que eu fizer, eu tenha indicadores próprios do Estado. Indicadores que eu possa manipular naquele momento a ação e fazer assim: vamos interromper esse processo, porque eu não vou executar; não adianta gastar dinheiro com isso aqui ou; vamos melhorar essa situação, porque aqui eu estou abaixo do indicador necessário.

Hoje, na SEPLAN, foi criado um grupo de técnicos. E tem um item ali Sr^a Deputada - Vossa Excelência deve ter visto - que é referente ao zoneamento sócio-econômico e ecológico que fala assim: quando aprovado e validado. Aprovado e validado pela Assembléia; validado pela comunidade. O zoneamento sócio-econômico ecológico deste Estado, nós ainda não estamos discutindo com a sociedade, porque ainda estamos com consultor que está aprendendo a fazer a avaliação final, para que nós possamos apresentar. Não vamos apresentar qualquer trabalho, qualquer coisa à sociedade. Nós vamos apresentar uma coisa consistente, um documento que efetivamente represente este Estado. E ali estão os índices mais importantes.

De vez em quando eu sou questionado "Porque o zoneamento econômico-ecológico do Estado de Mato Grosso não está pronto?". O diagnóstico está pronto. Só que ele não é econômico-ecológico. Se fosse econômico-ecológico podia soltar hoje, na rua, sem problema nenhum, porque os dados econômico-ecológicos são fáceis de atualizar. Nós somos um dos três Estados que trabalha com zoneamento sócio-econômico-ecológico. E essa palavra Sócio que entra na frente dá uma distorção e uma dificuldade de atualização permanente, porque cada incidente, cada atendimento que está tendo aqui, neste momento - que nós sabemos que são muitos -, cada ocorrência policial, está diretamente ligada ao resultado do zoneamento. E se nós não termos, hoje, um sistema estadual de informação, não temos a garantia da execução disso com qualidade.

São essas coisas que o Governo não quer colocar na sociedade, para depois falar assim, que foi colocado com dados que não são realidade. Então, nós temos que colocar...

(NESTE MOMENTO UM PARTICIPANTE SE MANIFESTA - INAUDÍVEL).

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Com certeza!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Inclusive, nós ainda não apresentamos à sociedade esses indicadores, até pela própria dificuldade de se elaborar indicadores. As pessoas que trabalham com indicadores sabem que com indicadores, não se pode estalar o dedo e ele estar pronto. Nós estamos preparando uma pauta, para que ele tenha consistência, porque ele não pode ser o indicador deste ano, ele tem que ser um indicador que tenha uma projeção continuada.

Eu fico satisfeito, efetivamente, de ver a participação, a consciência que as pessoas têm da necessidade deste Estado. E são essas consciências que, nós, técnicos, ficamos muito animados de como trabalhar, porque em momento algum nós seguimos, tanto do Secretário Yênes Magalhães quanto do Governador, qualquer orientação de inclusão ou exclusão de qualquer ação que não fosse pré-definida por toda equipe de Governo, por toda comunidade.

Eu tenho tranquilidade de exercer essa função, sou um técnico de carreira, não sou do Estado. Minha formação é Engenheiro, sou especializado em Planejamento e fico muito satisfeito, porque toda vez que eu ouvia falar em planejamento do Estado, eu ouvia falar da ingerência em cima do planejamento.

Até este momento, nós já atingimos 50% das etapas cumpridas de execução e em nenhum momento foi dada qualquer orientação de se priorizar ou despriorizar alguma situação.

Fico satisfeito de participar de uma Audiência como esta e, espero, Deputada, ter contribuído e, tenho certeza, esta discussão que é provocada pela Assembléia, que é a nossa Casa e, eu canso de dizer que a asa do Governo é menos casa ainda do que a Assembléia.

Eu gostaria de dizer que fico satisfeito por essas provocações que estão sendo feitas, essas necessidades de mostrarmos o nosso trabalho e, em nome do Secretário Yênes Magalhães, que, neste momento, está representando o Governo na abertura de um processo, vou dizer também, completando até isso aí, onde fala que as ONGs não são privilegiadas no Governo. Hoje, o Governo está celebrando uma parceria que tem com a BRASUS-Brasil Sustentável, que é uma organização não-governamental, que tem um projeto, neste Estado, regionalizado em 04 regiões diferentes, 04 cidades diferentes, que o Estado é co-participante desse projeto de desenvolvimento na busca de novas energias sustentáveis, onde prioriza a parte ecológica, onde prioriza a sustentabilidade através de energias alternativas.

Eu agradeço mais uma vez em nome do Secretário e peço desculpas pela ausência dele. Eu estava tentando aguardar a vinda dele até agora, mas como falei com ele no telefone e ele disse que ainda não conseguiu terminar a primeira parte do dia, porque envolve financiadores estrangeiros e é uma coisa muito complexa. Mas ele disse que está à disposição para qualquer questionamento, qualquer coisa sobre o planejamento, ele se encontra sempre à disposição para isso aí. Muito obrigado e agradeço a participação de todos (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Encerrando, nós gostaríamos, neste momento, de agradecer a presença do Sr. Arnaldo Alves Souza e de toda equipe da Secretaria Estadual de Planejamento; todos os gestores que estão à Mesa representando a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania; a Secretaria de Justiça; a Secretaria de Saúde e o Prefeito de São José dos Quatro Marcos que trouxe um depoimento importante.

A Secretaria Estadual de Saúde se coloca aqui à disposição do Legislativo para participar da agenda de trabalhos, informações técnicas para subsidiar as emendas parlamentares. Então, já está se colocando à disposição, nós temos aqui uma representação parlamentar federal, o Deputado Carlos Abicalil.

Quero dizer ao Sr. Arnaldo Alves de Souza que nós remeteremos à Secretaria Estadual de Planejamento o resumo da nossa Audiência Pública que foi taquigrafada. Esta Audiência Pública, apesar de não ter uma presença massiva de pessoas, mas, todos os que aqui

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL-PPA/ 2004/2007,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

participaram, com certeza, foi gratificante. Todos trouxeram uma série de subsídios, tanto é que são quase 11:30 horas e estamos com este público presente.

Mas, eu quero dizer ao Sr. Arnaldo Alves de Souza que, com certeza, foram feitas várias proposições, com relação ao PPA, que ainda se encontram em debate, pois temos ainda algumas regiões para a realização dessas Audiências Públicas. A proposição do DCE da UNIC de ir lá fazer um debate com estudantes da Universidade, depois poderá ser agendado com o Sr. Arnaldo Alves de Souza. A vinda do PPA nacional para Cuiabá - que nós já tínhamos essa informação, faltava data-, parece-me que será dia 10 de junho... Peço à assessoria do Deputado Federal Carlos Abicalil para nos trazer a data, para ajudarmos na divulgação e ter a participação da Assembléia Legislativa.

Com relação à Baixada Cuiabana, a informação do Sr. Bolanger José de Almeida, várias informações... (NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE FALA COM A PRESIDENTE – INAUDÍVEL)...Isso, eu já pedi ao senhor para nos remeter que nós estaremos ajudando. Já deixe conosco aqui.

Muito obrigada a todos, um bom almoço. Aqueles que queiram retornar para a Audiência Pública para discutir a crise das UTIs em Mato Grosso, às 13:30 horas estão convidados, com todas as autoridades da Saúde e a presença do Ministério da Saúde também.

Agradeço aos funcionários da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Rossana Valéria Guerra;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Revisão:
 - Denize Maria Soares Martins de Siqueira.